

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**WILTON SILVA MOTA**

**O ENGENHO CENTRAL SÃO PEDRO EM PINDARÉ-MIRIM-MA:  
progresso e decadência do cultivo da cana de açúcar - 1895-1910**

CAXIAS  
2024

**WILTON SILVA MOTA**

**O ENGENHO SÃO PEDRO EM PINDARÉ-MIRIM-MA:**  
progresso e decadência do cultivo da cana de açúcar - 1895-1910

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão-  
UEMA para o grau de licenciatura em  
História.

Orientador (a): Profa. Dra. Sâlnia Maria  
Barbosa Melo.

CAXIAS- MA  
2024

M917e Mota, Wilton Silva

O engenho central São Pedro em Pindaré-Mirin-MA: progresso e decadência do cultivo da cana de açúcar – 1895-1910 / Wilton Silva Mota. \_\_ Caxias: Campus Caxias, 2024.

83f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em História.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo.

1. Engenho Central São Pedro. 2. Açúcar. 3. Memória. 4. Economia açucareira. I. Título.

CDU 633.61(091)

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

**WILTON SILVA MOTA**

**O ENGENHO SÃO PEDRO EM PINDARÉ-MIRIM-MA:** progresso e decadência do cultivo da cana de açúcar - 1895-1910.

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão-  
UEMA para o grau de licenciatura em  
História.

Aprovado em: 11/09/2024.

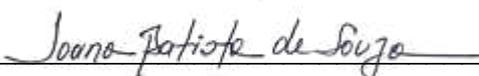
**BANCA EXAMINADORA**



---

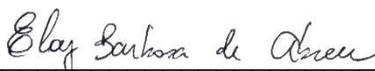
**Profa. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo (Orientadora)**

Doutora em História  
Universidade Estadual do Maranhão



---

**Profa. Me. Joana Batista de Sousa**  
Doutoranda– PPGHIST-UEMA História  
Universidade Estadual do Maranhão



---

**Prof. Dr. Eloy Barbosa de Abreu**  
Doutor em História  
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a quem deposito toda a fé e me sustentou até aqui.

À minha mãe, Rozenilde Silva e ao meu amado avô materno Pedro Meireles (in memoriam), pelo amor, pela força, conselhos e dedicação que tiveram com a minha pessoa.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus, por me fazer um ser humano de foco, força e fé. E pelo cuidado me mantendo resiliente em cada missão.

À minha mãe, Rozenilde Silva, pelo apoio e cuidado, aos meus amados tios Edvaldo Silva e Claudinete Silva, sem a presença e a empatia de ambos eu não teria chegado até aqui.

Ao meu amado e eterno avô, Pedro Meireles, o senhor foi meu sustento e a minha luz, em saudosa memória, a fé que me guia contempla ao Senhor, e agradeço imensamente por tudo que fez por mim, por nunca desistir de mim, e por sempre acreditar no meu potencial e sua eterna frase “meu filho vai chegar lá”, está conquista é sua.

A minha nobre e diva orientadora Sâlania Maria Barbosa Melo, que desde quando tive a oportunidade de conhecê-la na graduação eu fiquei encantando pela elegância e profissionalismo, esteve sempre solícita a sanar minhas dúvidas, e quando eu já não correspondia tanto, me proporcionou confiança e credibilidade que eu daria conta do propósito, meus sinceros agradecimentos.

À minha família (pais, irmãos/irmãs, tias, primas/primos, e minha amada avó materna), obrigado por me ensinarem que os desafios são degraus a serem vencidos para alcançar o sucesso e por nunca deixarem eu desistir dos meus sonhos, vocês foram e são a minha base, está pesquisa é dedicada a cada um de vocês.

As minhas amigas da graduação Catharina Beatriz Gonçalves, colega de turma com quem dividia os afazeres da faculdade e a Alessandra, sempre que estive atarefado, sem ideia de como solucionar alguma questão da faculdade, elas sempre foram cuidadosas e empáticas, contribuindo para sanar às minhas dúvidas e dificuldades, amo vocês, meus agradecimentos.

Agradeço a amiga da Graduação, Ana Paula de Sousa Supriano, você foi meu ombro amigo em diversas ocasiões em que estive vulnerável e com sentimentos de desistir da caminhada, triste. Mas, você sempre se fez presente e nunca permitiu que isso visse acontecer, esteve sempre solícita a sanar dúvidas e a dialogar comigo, eu digo que você foi a minha psicóloga ao longo da minha formação, te levo comigo, aonde quer que eu vá, te amo.

A minhas Amigas Mylena e Eudia Maria, vocês foram essências neste processo, agradeço às palavras e orações prestadas em meu nome, meus irmãos de coração Márcio Guilherme, Francinaldo e Rute Maely, se “gratidão, é privilégio de quem ver a vida com o coração.” Assim, eu sou imensamente grato a todos vocês que contribuíram direto ou indiretamente na minha pesquisa.

Por fim, agradeço a Universidade Estadual do Maranhão UEMA, Campus Caxias e o meu orgulho em frisar “Orgulho de Ser UEMA”.

*Ao meu passado eu devo o meu saber, e a  
minha ignorância, as minhas necessidades, as  
minhas relações, a minha cultura e o meu  
corpo. Que espaço meu passado deixa pra  
minha liberdade hoje?  
Não sou escravo dele.*

*Anavítória part. Rita Lee.*

## RESUMO

Esta monografia explora a trajetória histórica do Engenho Central São Pedro, estruturando a análise em três capítulos distintos que cobrem sua fundação, apogeu e decadência. O estudo visa fornecer uma visão detalhada dos fatores que influenciaram o desenvolvimento e o declínio dessa importante instituição econômica. A partir dos seguintes objetivos; a iniciar pelo geral: “Analisar o que levou a decadência da funcionalidade do Engenho Central São Pedro em Pindaré-Mirim/MA (1895 – 1910)”; e os específicos: “Descrever quais os fatores que contribuíram com a decadência das atividades desenvolvidas no Engenho Central São Pedro; Compreender as relações sociais, políticas, e econômicas implicadas nesse empreendimento que se sustentava sob bases escravistas; e Evidenciar como se davam a execução das atividades laborais desse processo”. Para isso, a pesquisa se dedica à verificação de referências historiográficas relevantes, buscando compreender os fatores que influenciaram o desenvolvimento e a queda do sistema agrário-exportador na área. O estudo se concentra nas condições favoráveis que contribuíram para a prosperidade inicial da economia açucareira, destacando recursos naturais como o Rio Pindaré, que margeia o local do engenho, e a disponibilidade de mão de obra necessária para sustentar o sistema. Esses elementos foram cruciais para o crescimento da produção açucareira e para o entendimento das dinâmicas econômicas e sociais que moldaram a região; portanto, oferece um estudo abrangente da evolução do Engenho, destacando não apenas seu crescimento e impacto econômico, mas também os desafios e fatores que levaram ao seu declínio. A análise contribui para uma compreensão mais profunda da dinâmica econômica e social da região, oferecendo insights valiosos sobre o desenvolvimento histórico e as mudanças que moldaram a trajetória do Engenho.

**Palavras-chave:** Engenho Central São Pedro; Açúcar; Memória; Decadência; Pindaré – Mirim/MA.

## Abstract

This monograph explores the historical trajectory of the São Pedro Central Sugar Mill, structuring the analysis into three distinct chapters covering its foundation, peak, and decline. The study aims to provide a detailed overview of the factors that influenced the development and downfall of this important economic institution. Starting with the general objective: "To analyze what led to the decline of the functionality of the São Pedro Central Sugar Mill in Pindaré-Mirim/MA (1895-1910)"; and the specific objectives: "To describe the factors that contributed to the decline of the activities developed at the São Pedro Central Sugar Mill; to understand the social, political, and economic relations involved in this enterprise, which was sustained on a slave-based system; and to highlight how labor activities were carried out in this process." To achieve this, the research is dedicated to verifying relevant historiographical references, seeking to understand the factors that influenced the development and fall of the agrarian-export system in the area. The study focuses on the favorable conditions that contributed to the initial prosperity of the sugar economy, highlighting natural resources such as the Pindaré River, which borders the sugar mill site, and the availability of labor necessary to sustain the system. These elements were crucial for the growth of sugar production and for understanding the economic and social dynamics that shaped the region. Therefore, it offers a comprehensive study of the evolution of the Sugar Mill, highlighting not only its growth and economic impact but also the challenges and factors that led to its decline. The analysis contributes to a deeper understanding of the economic and social dynamics of the region, offering valuable insights into the historical development and changes that shaped the trajectory of the Sugar Mill.

Keywords: São Pedro Central Sugar Mill; Sugar; Memory; Decline; Pindaré-Mirim/MA.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1- Produção açucareira no Maranhão durante o decênio (1873-1882) .....   | 25 |
| Figura 2- Área Frontal do Engenho São Pedro.....  | 28 |
| Figura 3- Localização de Pindaré- Mirim.....  | 48 |
| Figura 4- Quantidades de açúcar e aguardente produzidos pelo Engenho São Pedro, e seus valores totais: 1884/1912..... | 52 |
| Figura 5- o Rio Pindaré e as margens Engenho Central.....   | 66 |
| Figura 6- A torre do Engenho Central.....   | 69 |
| Figura 7- Vista aérea da cidade de Pindaré-Mirim/MA.....  | 71 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 13 |
| <b>1. FUNDAÇÃO E PROSPERIDADE, O ENGENHO CENTRAL SÃO PEDRO EM PINDARÉ -MIRIM – MA</b> .....           | 20 |
| 1.1. O papel do Engenho São Pedro no desenvolvimento econômico da região no final do século XIX ..... | 28 |
| 1.2. Incrementos tecnológicos e impactos socioeconômicos na produção Açucareira.....                  | 38 |
| <b>2. APOGEU E DESAFIOS, AUGE DA PRODUÇÃO E INFLUÊNCIA NA ECONOMIA MARANHENSE</b> .....               | 45 |
| 2.1. Desafios enfrentados pela produção açucareira e suas concorrências.....                          | 55 |
| 2.2. Mão de obra utilizada no Engenho Central São Pedro.....  | 58 |
| 2.3. Os impactos ambientais extraído desta atividade açucareira.....                                  | 62 |
| <b>3. DECADÊNCIA E DECLÍNIO, FATORES QUE LEVARAM À DECADÊNCIA DO ENGENHO</b> .....                    | 65 |
| 3.1. O Engenho Central São Pedro sob o signo da escassez e da falência.....                           | 70 |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 79 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 82 |

## INTRODUÇÃO

Antes de adentrar ao recorte estabelecido para esta pesquisa, é necessário, a priori, entender o contexto anterior pelo qual passava o Maranhão, é preciso recuar no tempo. Todavia, (Viana; Santos, 2021) estabelecem que, na primeira metade do século XVIII, a competição com o açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas provocou o declínio da produção açucareira no Maranhão.

Isso levou Portugal a buscar alternativas para garantir lucros e sustentar a colônia. Por consequência, a solução para o problema econômico foi encontrada em 1755 com a criação da Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM). (Canedo, 2008) explica que esta companhia foi estabelecida para revitalizar a economia local, diversificando a produção agrícola, instalando fábricas para o processamento inicial dos produtos e fortalecendo o comércio tanto local quanto regional, além de integrar melhor o mercado com Portugal.

Com a criação da Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão, o projeto visava o cultivo das culturas do Arroz e do Algodão, e em menor escala para o consumo local, o manejo da mandioca; feijão etc. Fato é que “antes do final do século XVIII, o arroz e o algodão assumiram a pirâmide dos produtos a serem exportados pela província maranhense, escoados da região pelo rio Mearim em direção aos portos de São Luís” (Marques, 1870). O que não levou muito tempo para ser consumido pela decadência, junto com a atividade açucareira, que até então era de importância mínima.

Apenas em meados do século XIX, por intervenção do então governador, Joaquim Franco Sá (gestão 1841-1847), foram fornecidos subsídios e forte incentivo ao cultivo da cana-de-açúcar. [...] Por volta de 1870, a criação de leis que encerravam o tráfico de escravos, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850), Nabuco de Araújo (1854) e Ventre Livre (1871), e bem pela pressão da aristocracia agrária, fez com que o Império intermediasse o programa dos “Engenhos Centrais”, que consistia numa espécie de “modernização”, alternativa à substituição da mão de obra escrava pela assalariada (CALDEIRA, et al., apud VIANA; SANTOS, 2021, p. 139-140).

No meio do século XIX, o governador Joaquim Franco Sá (que governou de 1841 a 1847) começou a oferecer subsídios e incentivos para o cultivo da cana-de-açúcar. Por volta de 1870, várias leis foram criadas para acabar com o tráfico de escravos, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850), a Lei Nabuco de Araújo (1854) e a Lei do Ventre Livre (1871). Além disso, a pressão da aristocracia agrária levou o Império a

apoiar um programa conhecido como "Engenhos Centrais"<sup>1</sup>. Esse programa visava modernizar a produção de açúcar, substituindo a mão de obra escrava por trabalhadores assalariados. O que funcionou só em tese porque na realidade o trabalho escravo continuou como o principal motor da atividade açucareira maranhense, principalmente, no Engenho Central São Pedro no município de Pindaré-Mirim/MA<sup>2</sup>.

Nos anos finais do século XIX e início do século XX, durante o Período Imperial, a província do Maranhão vivenciou um momento de destaque na produção de açúcar com os Engenhos Centrais. Entre eles, o Engenho Central São Pedro, situado no atual município de Pindaré-Mirim/MA e pertencente à antiga "Colônia de São Pedro", foi um dos mais renomados e influentes. Inaugurado em 16 de agosto de 1884, o engenho foi apresentado como um sistema inovador com o potencial de garantir a produção de safras planejadas e assegurar o progresso da província. A Assembleia Legislativa Provincial via o empreendimento como um símbolo de progresso, alimentando esperanças com base nas promissoras condições do terreno e do rio Pindaré, que banhava o município onde a fábrica foi instalada.

Tendencialmente, "Pela Imprensa de São Luiz, o Dr. Coqueiro, sempre embebido e cada vez mais entusiasmado pela ideia dos Engenhos Centrais que, reputava como única medida de salvação da indústria açucareira de sua província" (COQUEIRO, 1942, p. 75). Este (Dr. Coqueiro) de acordo com a historiografia foi o precursor dos Engenhos Centrais em sua província, sua por ser maranhense e ser amante deste modelo que começava a dar seus sinais de vida com aparatos de rigor tecnológico e inovadores como será evidenciado no corpo desta pesquisa.

Desde o seu regresso da Europa, em 1862, que o Dr. Coqueiro se apercebera da deplorável situação da indústria açucareira no Brasil, que não levaria muito tempo, viria a sofrer, na certa, a grande

---

<sup>1</sup> Engenhos Centrais – Fábricas que seriam montadas com aparelhos moderníssimos e em redor das quais se incorporariam todos os lavradores da província (Coqueiro, 1942, p. 70).

<sup>2</sup> Em referência ao aspecto físico, Pindaré-Mirim está localizado na microrregião de Pindaré situada na mesorregião Oeste Maranhense conhecida como pré - Amazônia Maranhense por possuir características de clima e vegetação da Amazônia. Como coordenadas geográficas conta com a latitude S - 03°38'45 e a longitude: W – Gr/45°20 "S", com posição relativa à capital rumo 50. Já em relação ao país, Pindaré está situado na região considerada Meio Norte. Sua altitude é de 55 metros acima do nível do mar e limita-se ao Norte com os municípios de Monção e Bom Jardim; ao Sul com o município de Santa Inês; ao Leste com o município de Vitória do Mearim e ao Oeste com o município de Santa Luzia. Sua configuração geográfica é em forma ligeiramente triangular (CORREA, 2021, p. 31).

concorrência, nos mercados europeus, do açúcar da beterraba, preparado por processos os mais modernos naquela época existentes, nos aparelhos e maquinismos das grandes usinas instalados nos diversos Países do Velho Mundo. Com seu grande preparo científico, não podia mais, é claro, o Dr. Coqueiro se conformar com aquele sistema antiquado, rotineiro, arcaico e prejudicial, usado, então, em quase todos os Engenhos de cana da Província, que eram movidos pelo braço escravo, ao invés de o serem por modernos maquinismos. Que entre as inúmeras vantagens, traria de pronto, a diminuição, considerável, de braços a empregar no trabalho do fabrico do açúcar, e mais ainda a melhoria sensível desse produto, que passaria a ser, em virtude dos novos métodos empregados, de muito melhor qualidade, e elevação da produção ao dobro (COQUEIRO, 1942, p. 73-74).

Desde seu retorno da Europa em 1862, o Dr. Coqueiro percebeu a grave situação da indústria açucareira no Brasil, que enfrentava a ameaça crescente da competição com o açúcar de beterraba produzido na Europa. Esse açúcar europeu era fabricado com os mais modernos equipamentos e técnicas da época. O Dr. Coqueiro, com seu conhecimento científico avançado, não aceitava mais o sistema ultrapassado usado na província, onde a produção de açúcar dependia de trabalho escravo e métodos arcaicos. Ele acreditava que a introdução de máquinas modernas no lugar do trabalho manual poderia reduzir significativamente a necessidade de mão de obra escrava, melhorar a qualidade do açúcar e dobrar a produção.

O que não aconteceu, a historiografia sobre o transcurso do século XIX e início do XX, sinaliza que esta fase dos Engenhos Centrais, sobretudo no Engenho São Pedro vai se concretizar aglutinado a mão-de-obra escrava, desde a indígena (Guajajaras) a Africana introduzida no cenário maranhense pelo eminente Tráfico Negreiro. E sua derrocada inclusive, também se explica pela utilização de técnicas rudimentares no preparo do solo, apesar de abster-se de aparelhos de qualidades eficientes no prédio, a matéria prima, a cana de açúcar era ofertada em quantidades acanhada, o que afetava no resultado.

Ao caracterizar esses aspetos, é preciso pontuar que a temática em evidência se volta para um panorama que envolve o contexto social, político e econômico, resultante da Companhia de Progresso Agrícola do Maranhão<sup>3</sup>, inerentes a

---

<sup>3</sup> Em 1876, foi instalada a grande usina da Companhia Progresso Agrícola, trazendo grandes transformações socioeconômicas em toda a região, possibilitando ao município marcar época na sua história. Dado o potencial da indústria, foi construída uma estrada de ferro para transporte da matéria-prima, numa extensão de 13 km. Desde 1883, existia energia elétrica na povoação. Lamentavelmente, foi de pouca duração a vida da citada empresa pois, a partir de 1915, entrou em declínio. Fatores diversos contribuíram para o fracasso e, entre eles, juros bancários, aplicação excessiva em investimento, matéria prima insuficiente.

expansão capitalista e dentre os objetos que irá fundamentar a pesquisa será a produção açucareira empregada em uma sociedade local sendo, Pindaré-Mirim/MA. O espaço favorável para esse interesse será o Engenho Central São Pedro.

Conseqüentemente, diferente do que se pensa, existem, diversas abordagens sobre o “Engenho São Pedro” ou “Engenho Central São Pedro”, todavia, sabe-se que em meio a tantas abordagens o todo nunca é abarcado (sempre haverá lacunas a serem discutidas), em meio a tantas especialidades historiográficas do campo da História essa dimensão é essencial. Nessa perspectiva, a pesquisa a ser concebida o foco não é essa estruturação. Pois, visa uma análise mais incisiva que parte do princípio desse Engenho, além disso, a narrativa empregada procura elucidar, sobretudo as causas que levam ao declínio desse sistema. Onde, na sua funcionalidade destinava-se a produção açucareira voltada para a província do Maranhão que buscava subsídios para a sua composição e manutenção do poder local e regional.

Sob esse viés, a pesquisa em questão, é interdisciplinar na perspectiva que ela envolve uma história econômica, indo ao encontro da “História Social” e com a “História Política”. Desse modo, a pesquisa busca explorar as fontes bibliográficas, dentre os anos de 1895 a 1910. Na perspectiva de levantar dados e mapear as ações empregadas nessa prática, concernente ao cenário da época. Nesse prisma, urge a necessidade de contribuir com uma pesquisa que foge aos padrões já existentes e que faça um novo olhar diante deste exemplar histórico que foi o “Engenho Central São Pedro”, não apenas isso, mas direcionando um olhar incisivo e crítico conforme as impressões desse paradigma e as ideologias aplicadas nesse recinto.

Adotando como metodologia a que se aplicou aos procedimentos metodológicos de construção do conhecimento histórico, dentre eles: levantamento e análise do estado da arte sobre o tema da pesquisa; levantamento e análise das fontes históricas e produção textual a partir dos resultados obtidos com a seleção da historiografia de base.

Para o desenvolvimento da técnica de estudo da arte sobre o tema, realizou-se uma busca de documentos e registros de materiais historiográficos direcionados para a uma história regional (maranhense) socioeconômica, imerso no século XIX e XX, precisamente a transição do período imperial para o republicano, momento em

que a administração da província encontrou como forma de elevar a economia por meio da criação de Engenhos Centrais, e como produto a ser cultivado a cana de açúcar; esta refutação destina-se em particular ao Engenho Central São Pedro em Pindaré-Mirim/MA, entre os anos de 1880 a 1910.

Destaca-se ainda que esta narrativa apresentada se enveredou em âmbito universal e local, consistindo em livros, teses, dissertações e artigos científicos, cujos meios que me possibilitaram alcançar tal feito foram: selecionar, ler, fichar e arquivar informações de relevância com a questão retratada. Como abordagem de pesquisa optei pela qualitativa, estabelecendo relações e o tratamento das fontes e como articulação observacional consistiu a partir de uma “História Regional”???? e “História Local”, ou seja, às discussões retratadas nesta pesquisa retratou o território de Pindaré-Mirim, situado no Maranhão, que aquele período, em 1880 a 1910, se intitulava como “extinta colônia de São Pedro”, ou São Pedro, doravante anexado a província do Maranhão.

Todas essas vertentes e conhecimentos esmiuçados se inter-relacionaram a três dimensões ao descrever este percurso, sendo elas a “História Social”; “História Política” e a “História Econômica”. A explicação desta interface no espaço da divisão historiográfica se canaliza pelo fato de a pesquisa ter um enfoque para a “História Econômica”. No entanto, quando surge a necessidade de exprimir como eram o modo de produção adotado para este “progresso” até a decadência, cabe ressaltar que essa sociedade se encaminhava a partir da apropriação do trabalho humano e da utilização dos meios de produção como matérias primas, instrumentos, entre outros.

Dessa forma, na historiografia maranhense, e com o suporte de trabalhos de autores de outras regiões que adotam a abordagem da questão-problema, busquei teóricos que destacam as realidades da época e discutem, os meios que propiciaram o progresso e a origem da decadência deste modelo implementado e, principalmente, os descasos com os grupos sociais marginalizados, frequentemente vistos apenas sob a ótica da exploração forçada da mão de obra.

Entre esses autores, destacam-se como fontes bibliográficas, Edmundo Coqueiro “A vida e a obra de João Antônio Coqueiro” (1942); Alfredo Wagner B. Almeida “A Ideologia da Decadência” (2008); Lindalva Corrêa “Engenho Central de Pindaré: memória e educação patrimonial” (2021); Carlos J. Carvalho “Ascensão e

Crise da Economia Açucareira no Maranhão: 1850-1910.” (2015); e Maria Z. Costa “A Festa em Pindaré – Mirim: nos trilhos da história a afirmação de uma identidade.” (2008). Também faço a utilização de fontes hemerográficas, das quais destaco “Jornal Publicador Maranhense (1885)” e “Jornal do Senado (2008)”.

Estas Referências/obras foram fundamentais para a caracterização e verificação das informações sobre o período histórico em questão, proporcionando uma visão mais ampla e aprofundada da situação da província maranhense no final do século XIX e início do XX, bem como das implicações sociais desse panorama socioeconômico emergente.

Esta pesquisa se divide em três capítulos. No capítulo um pela utilização dos dados perquiridos visa-se explorar a Fundação do Engenho Central São Pedro, destacando seu papel no desenvolvimento econômico da região durante o final do século XIX e início do XX. O foco será na fase inicial de crescimento e prosperidade, ressaltando os investimentos, as tecnologias aplicadas e os impactos desses avanços na produção açucareira. Este estudo busca analisar como esses elementos contribuíram para o fortalecimento da base econômica local e moldaram o panorama econômico da época.

No capítulo dois, pretende-se abordar o período de apogeu do Engenho, quando atingiu o auge de sua produção e influência na economia local. Será essencial destacar também os desafios enfrentados durante essa fase, como questões relacionadas à mão de obra, concorrência e mudanças nas políticas de mercado. Além disso, serão examinadas as questões ambientais associadas ao cultivo da cana-de-açúcar, oferecendo uma visão abrangente dos impactos e dificuldades desse período de prosperidade.

O capítulo três examina os fatores que levaram à decadência do Engenho investigado e seu panorama atual. Entre os principais fatores que contribuíram para essa falência estão políticas agrícolas implementadas sem o devido respaldo, a escassez de mão de obra disponível, especialmente após a extinção do trabalho escravo, e a utilização de métodos de manejo obsoletos que não conseguiram garantir sucesso produtivo. Este capítulo oferece uma análise detalhada das causas e das consequências que marcaram o declínio do Engenho.

Por fim, essa pesquisa visa contribuir com o meio acadêmico e profissional com uma bagagem aprofundada de levantamentos historiográficos de cunho científico.

Além disso, esse material será útil no ponto de vista historiográfico, pelas razões técnicas que compõem este projeto, no que tange a sua relevância acadêmica e social. De todo o modo, tendo em vista que a pesquisa propiciará a academia os resultados de uma investigação direcionada para o progresso e a decadência do cultivo da cana de açúcar no Engenho Central São Pedro, ou seja, essa abordagem é de rigor social, político e econômico. Contribuindo com a dinâmica da construção do conhecimento histórico por meio de fontes de autores renomados na esfera regional e local, que compreende o estado do Maranhão e, em menor categoria, o município de Pindaré-Mirim/MA.

## **CAPÍTULO 1 – FUNDAÇÃO E PROSPERIDADE:** o Engenho Central São Pedro em Pindaré – Mirim/MA.

Discorrendo a esteira temporal que se angariou o período da fundação do engenho São Pedro em Pindaré – Mirim - MA e sua fase de operosidade, o que denominamos nesse interstício como “prosperidade”, é bem enfática as premissas de narrativas de autores que retratam esse curto período histórico em suas pesquisas.

A efetivação da fundação desse arcabouço no município retratado (Pindaré-Mirim/MA), é um objeto de pesquisa para a historiografia local e maranhense que denota a ideia de refuta-lo pelo aspecto científico, em contraste a isso, essa pesquisa demonstrará toda a proposta para a criação deste Engenho, dialogando com a fase econômica imperial e inícios da republica velha, anos finais do século XIX e começo do século XX, alocado nessas circunstâncias que culminaram na proposição da criação de engenhos e moendas característicos desse espaço temporal e territorial.

A proposta da criação desse empreendimento até alcançar a ideia da instalação na Colônia de São Pedro<sup>4</sup> se legitima por uma série de fatores, dos quais mais adiante serão apresentados e esmiuçados, por enquanto, vamos focar na fundação e “prosperidade” do sistema de suporte econômico. Neste trabalho, por critérios da pesquisa, amparado pela História, enquanto ciência, a investigação a ser feita se assemelha ao aspecto analítico, partindo do viés e concepção que as fontes historiográficas direcionadas a esse contexto conseguem abarcar, dentre elas as premissas que levaram a implantação deste engenho na microrregião de São Pedro, atualmente, Pindaré – Mirim - MA.

De todo modo, antes de adentrarmos na discussão desses feitos, é crucial a priori estabelecer uma pontuação do espaço geográfico em que será analisado.

---

<sup>4</sup> Como já foi visto, a Colônia São Pedro entrou em decadência e foi destituída por completo. Certo é que, tanto no imaginário da população pindareense, como em alguns poucos escritos que existem sobre a origem da cidade, salvo exceções, perdura a versão de que o Engenho Central São Pedro deu origem à cidade (Costa, 2008), p. 103).

Sobre essa assertiva a obra (“Engenho Central de Pindaré: memória e educação patrimonial” – Corrêa, 2021), estabelece o seguinte:

[...]em seu contexto histórico Pindaré-Mirim, foi um Distrito criado com a denominação de Engenho São Pedro de Alcântara, nomeado de Engenho Central de São Pedro, pela Lei municipal nº2, de 14-09-1892, pertencente ao município de Monção, separados apenas pelo rio Pindaré, estando Monção do lado esquerdo, mais tarde eleva-se a categoria de Vila com a denominação de São Pedro, pela Lei nº 800, de 21 de abril de 1918 desmembrado de Monção, tal desmembramento Colônia de São Pedro à margem direita, foi desmembrado por meio da Lei nº 1.052 de 10 de abril 1923, passando a ser chamado apenas de São Pedro, o que não demorou muito tempo para ser apresentado um novo decreto de nº 121 de 12 de junho ainda do mesmo ano que definitivamente elevou à categoria de cidade, pelo Decreto nº45 de 29 de março de 1938 permanecendo atualmente com o topônimo Pindaré-Mirim pelo decreto-lei Estadual nº 820, de 30 de dezembro de 1943. (CORRÊA, 2021, p.6).

Assim, diante dessa ideia de como estabeleceu-se o percurso desde a colônia até a elevação da categoria de cidade; é possível averiguar que este processo se deu à passos curtos, e nesse interstício uma outra questão que já é suplantada é a área territorial já ser habitada pelos povos originários, especialmente os indígenas da etnia Guajajara, não só viviam nesse espaço como também empregavam suas vivências e práticas de sobrevivências na sociedade vigente a época.

Acredita-se que a instalação desse povo originário naquela região deveu-se ao rio que corta o município e que propiciava a esse povo aplicar suas técnicas, como a pesca, a caça e a própria agricultura; sistemas que colaborava com esse povo a extrair seu sustento através dele. Corrêa, também sintetiza essa questão de modo primoroso quando sintetiza “então, falar de Pindaré – Mirim - MA, é também falar do rio que carrega o mesmo nome e banha o referido município, de tal modo que nasce a esquerda do grupo da Serra da Cinta e desemboca na margem esquerda do rio Mearim.” (Corrêa, 2021). Daí concluímos o grau de importância desse rio para o contexto inerente.

Nesse lócus, uma outra vertente que se destaca nessa narrativa é a exemplificação, ainda, uma divisão clara do espaço temporal em que a produção açucareira difundiu-se no estado do Maranhão, está precisamente vai ocorrer em três fases distintas adequadas às particularidades do seu período, espaço temporal. A produção do açúcar para se ter ideia iniciou-se a muito tempo atrás, especificamente na primeira metade do século XVIII, na época, “Portugal (colonizador brasileiro), plantava cana-de-açúcar nas ilhas de Cabo Verde, Açores e

Madeira em terras que eram poucas para a cultura de um produto caro, escasso e de grande demanda.” (Dourado; Boclin, 2008, p.29).

O que Dourado e Boclin (2008) pretende assinalar com essa afirmativa é que com o processo de colonização do Brasil, aos olhos do colonizador este vai ser um território altamente propício para as instalações comerciais portuguesas.

Na região Nordeste, essa prática vai se estender em dois modos de organização trabalhista, a baseada na grande lavoura para exportação e a pequena lavoura para o próprio consumo, a primeira, não poderia ser outra dada ao níveis de exploração, é a grande lavoura, que se assemelha a produção e exportação do açúcar, utilizando-se para isso de grandes lotes de terra e um grande contingente de mão-de-obra; e em segunda categoria a pequena lavoura, a que podemos chamar de produção de subsistência, do proprietário ou ligada ao pequeno mercado local e/ou regional, e por não ser tão abrangente como o modelo anterior, a mão-de-obra empregada é em menor escala. Para se ter dimensão das relações de trabalho no período:

[...]era dura, homens e mulheres, empregados os trabalhos do campo e da indústria, recebiam tratamento desumano [...]. Sua alimentação era à base de arroz e farinha e, de quando em quando uma posta de carne. Para vestir, de 2 em 2 anos, recebiam uns calções de pano grosso ou saias de igual teor, [...] tornaram trabalhadores de eito, plantadores de algodão, arroz e cana-de-açúcar, vaqueiros, marinheiros, artífices, operários de açúcar, empregados domésticos e de aluguel, *negros de ganho*, mucamas, mães-de-leite, cozinheiras de fama. Moravam nas senzalas grandes barracões anti-higiênicos e promíscuos. [...] Os castigos eram cruéis, empregando muitos instrumentos torturantes como *trancos*, *chicotes de couro cru*, *gargalheiras*, *correntes* etc. o famoso contratador João Fernandes Vieira, conquanto recomendasse não bater nos escravos com paus ou pedras, para não desvalorizá-los, mandava que depois dos açoites, lhes picassem as carnes com faca ou navalha, colocando nas feridas limão ou urina. O trabalho, principalmente nos canaviais exaustivos, as jornadas de 15 e mais horas [...] pelo que a vida média produtiva do escravo era de 10 anos (LIMA, 1981, p. 116).

Este fragmento de Lima (1981), demonstra que a relação de trabalho entre os escravizados e seus patrões era extremamente opressiva e desumana. Os escravizados eram tratados como propriedade e não como seres humanos, com condições de trabalho e vida desumanizantes. A descrição do tratamento físico brutal, da alimentação inadequada e das condições insalubres nas senzalas sublinha a crueldade do sistema escravagista.

Esclarece ainda que, os patrões e contratadores usavam métodos cruéis e punitivos para manter o controle sobre os escravizados, incluindo tortura física e punições severas. A descrição detalha a utilização de instrumentos de tortura (troncos, chicotes de couro cru, gargalheiras, correntes entre outros); corroborava com o trabalho exaustivo e as jornadas de trabalho excessivas, o que revela um sistema baseado na exploração extrema e na desconsideração total pelo bem-estar dos escravizados. A vida média produtiva dos escravizados sendo apenas 10 anos reflete a brutalidade e a intensidade do trabalho a que eram submetidos, evidenciando a falta de qualquer forma de cuidado ou respeito pela dignidade humana desses indivíduos.

Desse modo, ainda no período colonial é que vai surgir a ideia da casa de engenho, que em seu compêndio se justificava pelas instalações de aparatos que a produção do açúcar necessitava, sendo estes a moenda, fornos, casa de purgar e posto para secar. Ao lado de toda essa estruturação estava a casa-grande, essa casa era a moradia do proprietário e seus familiares, e ao entorno estava a senzala, local em que residiam os escravos, salienta-se que nessa fase, a estruturação ainda é rigorosamente rudimentar.

Assim, a primeira fase desse processo inicia nesses termos, o segundo momento dessa atividade econômica, é sempre importante frisar que eram empregados negócios, a obtenção do lucro nesse processo, por isso, esse teor da esfera econômica. Bom, o segundo quesito a ser tracejado começa no que Dourado e Boclin (2021) apresentam na sua pesquisa, vejamos:

A fabricação do açúcar iniciou-se ainda na primeira metade do século XVI, com a construção do primeiro engenho, em 1622, por Antônio Muniz Barreiros, à margem do rio Itapecuru. Quando da invasão holandesa, em 1641, já existiam cinco dessas fábricas, que se constituíam de simples molinetes movidos por animais. Os holandeses, no período em que aqui estiveram, construíram outros sete engenhos, inclusive um na Ilha Grande, no lugar por nome Araçagi. (DOURADO; BOCLIN, 2008, p.31).

O que se sobressai dessa afirmação é que além dos portugueses, outras frentes colonizadoras estiveram no território maranhense, haja vista, que às informações prestadas acima trata-se de um rio maranhense e o território igualmente; assim, essa colonização, e exploração do açúcar vai se dar também pelos holandeses, e como esse incremento estava surtindo efeito, é clara a

expansão das fábricas pela região. Logo, essa frente holandesa não vai perdurar por muito tempo, tendo em vista com os holandeses serão expulsos pelos portugueses. Inerente a essa objeção por ocupação territorial, após a expulsão desses, a produção açucareira vai se desmembrar, sobretudo pelos vales e rios que cortam o Estado, à época era a província.

Ainda conforme Dourado e Boclin (2008), sendo esses rios o Mearim e o Pindaré [...], tal processo empenhava-se na produção do açúcar branco e mascavo, fato curioso desse período é que ainda não havia uma tabela de valores para catalogar o preço do produto, outra questão era da falta de navios para exportação, em meio a essas faltas, a solução adotada foram os engenhos passando a produzir aguardente, cujo preço era superior ao açúcar. Todavia, tudo ainda era incerto e ocorria de modo equivocado, menos a ambição de o colonizador usufruir dos bens naturais que território ofertava, que se diga de passagem era amplo e riquíssimo.

Embora, soluções fossem criadas para inibir o fracasso dessas buscas por usufruir e enriquecer a coroa no território brasileiro, logo, maranhense, não significaria que problemas fossem provocados, e a presença da falência não visse à tona e a ter seu lugar reservado ao longo de todo esse tracejado em que a cana-de-açúcar esteve à frente da proposta econômica pensada pelo colonizador. Dourado e Boclin (2021), é bem pontual nessas fatalidades:

Nessa época a colônia enfrentou um período de extrema penúria, abeirando-se da miséria. A recuperação somente se deu a partir da criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que, no fim da era colonial, viabilizou ao Maranhão e ao Pará um período de franca prosperidade. Foi um fausto, no entanto apoiado muito mais no algodão e no arroz que no açúcar; este, por toda a segunda metade do século XVIII, com uma produção insignificante, não atendia sequer ao consumo interno, situação que perdurou por toda a primeira metade do século XIX. O Maranhão era abastecido por Pernambuco. (DOURADO; BOCLIN, 2008, p.32).

Nessa conjuntura, as mudanças no cenário da barganha do espólio irão surgir, como uma forma de recuperação do açúcar dar-se em meados do século XIX, nesse espaço de tempo o Governador Joaquim Franco de Sá é quem vai assumir e ele adota como prioridade o fortalecimento da lavoura de modo amplo, claro que o destaque se avulta para a cana-de-açúcar.

O motim central a partir disso é no reconhecimento e métodos a serem seguidos para a fabricação do açúcar em seu alçoz econômico como já dito, isso é

perquirido pela surgência e utilização de equipamentos modernos aquele período, dentre eles: a máquina a vapor, engenho de três moendas, caldeira de cobre, alambique do sistema de Deirone e Caile, e retificador.

Esse processo de propagação e difusão de novos aparatos na fabricação do produto resultou em retornos positivos, dos quais podemos listar a multiplicação dos engenhos, tendencialmente os anos 60 do século XIX, trouxeram 410 fábricas de açúcar, dessas diante do que Dourado e Boclin (2008) evidenciam, “284 utilizando-se de máquinas movidas a vapor ou mesmo força hidráulica e 136 a tração animal. Só o vale do Pindaré contava com 96 instalações, vindo depois Guimarães, na Baixada. Em 1870 eram 500 os engenhos de açúcar na província.” Vemos que os resultados positivos ganharam destaque e aparentemente um significativo avanço na província de modo robusto, o que até então ainda era só anseios dos que detinham o poderio regional.

E aqui se encerra a segunda fase da produção da cana de açúcar no Maranhão. Todavia, é prudente salientar os resultados alcançados ao longo desses anos que compreenderam a segunda fase da produção da cana-de-açúcar. Para Viveiros (1954), o decênio que se justificava de 1873 a 1882, atingiu a indústria açucareira em seu momento de glória, considerado como um período áureo, e assim, o que caracteriza tais feitos são os dados estatísticos de proeminências positivas, aponta-se ainda que nesses números não está incluído o consumo da população da província que era de um milhão de quilos, vamos aos dados:

**Imagem 1. Tabela 1- Produção açucareira no Maranhão durante o decênio (1873 – 1882).**

| ANOS | QUANT. DE PRODUÇÃO (EM TONELADAS) |
|------|-----------------------------------|
| 1873 | 5.000                             |
| 1874 | 6.800                             |
| 1875 | 6.900                             |
| 1876 | 10.900                            |
| 1877 | 10.200                            |
| 1878 | 5.200                             |
| 1879 | 7.000                             |

|      |        |
|------|--------|
| 1880 | 9.500  |
| 1881 | 13.500 |
| 1882 | 16.100 |

Fonte: Viveiros(1954).

Com base nos dados perquiridos, parece que a indústria açucareira experimentou um crescimento constante ao longo dos anos, especialmente a partir de 1876, atingindo seu pico em 1882. Isso sugere uma demanda crescente tanto interna quanto externa, e tais fatores se justificam pelo processo de escravização, sem dúvidas, dentre outros fatores atribuíveis como melhorias tecnológicas na produção de açúcar, aumento da eficiência agrícola, expansão do mercado de exportação e talvez políticas. No entanto, é fortuito e necessário um estudo aprofundado para entender completamente os reais impulsionadores desse crescimento e suas implicações econômicas e principalmente as mazelas sociais provocadas por essa atividade.

A historiografia dos séculos XIX e XX frequentemente mascara o fato de que a produção açucareira era, em muitos momentos, secundária até a introdução dos Engenhos Centrais. Antes disso, a produção era limitada, mal suficiente para atender ao consumo provincial, que se desenvolvia de forma lenta. O trecho de Viveiros (1954) ilustra com precisão que os marcos produtivos eram outros, evidenciando aspectos mais triviais relacionados aos trabalhadores escravizados. O texto revela que, apesar do terror e da brutalidade a que eram submetidos, o trabalho escravo era intensivo e não havia políticas de proteção para atenuar essas condições desumanas. Esse cenário contrasta com o progresso da província, onde a cana-de-açúcar se destacava como matéria-prima crucial.

E essa trajetória até esse momento configurou-se com o chamado segundo ciclo do açúcar em solo maranhense, imerso nessas questões, a terceira fase a ser retratada é tida com o ponto central nesse percurso, porque é a fase em que os engenhos centrais ganham formato, vale destacar que essa fase é de curto período temporal, Dourado e Boclin (2008) apontam; no Maranhão, consistiu apenas no Engenho São Pedro, no vale do Pindaré. Sendo prudente evidenciar que a proposta dos engenhos centrais teve origem no governo imperial, como subsídio para racionalizar a produção no país, ou seja, desvencilhar a atividade agrícola da

atividade industrial, “ambas operadas pelos fazendeiros que tradicionalmente plantavam, colhiam e industrializavam a cana-de-açúcar.

Assim sendo, a fundação do Engenho Central São Pedro, no vale do Pindaré, província do Maranhão. Conforme (Dourado e Boclin, 2008), o período chave desta fundação deu-se assim:

O Engenho São Pedro, construído a partir de 1881, foi inaugurado em 1884, iniciando sua produção na mesma data. Era um grande complexo industrial que, além de um extenso e moderno maquinário, contava, inclusive, com um trecho de ferrovia, o primeiro construído no Maranhão, para o transporte da cana.... Mas, por uma série de circunstâncias negativas – queda nos preços do açúcar, problemas no fornecimento da cana e questões administrativo-financeiras – os resultados ficaram muito aquém do esperado: 846 toneladas em 1884 e 1.375 em 1885. A partir de 1886 a produção começou a decair ainda mais, e os problemas avolumaram-se nos anos seguintes, agravados, ainda, pela proibição do trabalho escravo. (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 33).

O que podemos salientar desse panorama é que já estava-se encaminhando para o princípio da produção açucareira na região de Pindaré-Mirim, até então, era conhecida como São Pedro. Tal intento pela escolha dessa região deu-se por questões da forte ambiência da natureza, que contava com o rio Mearim que facilitava tanto no plantio, produção, bem como o próprio escoamento desse espólio para o cerne dos negócios da província.

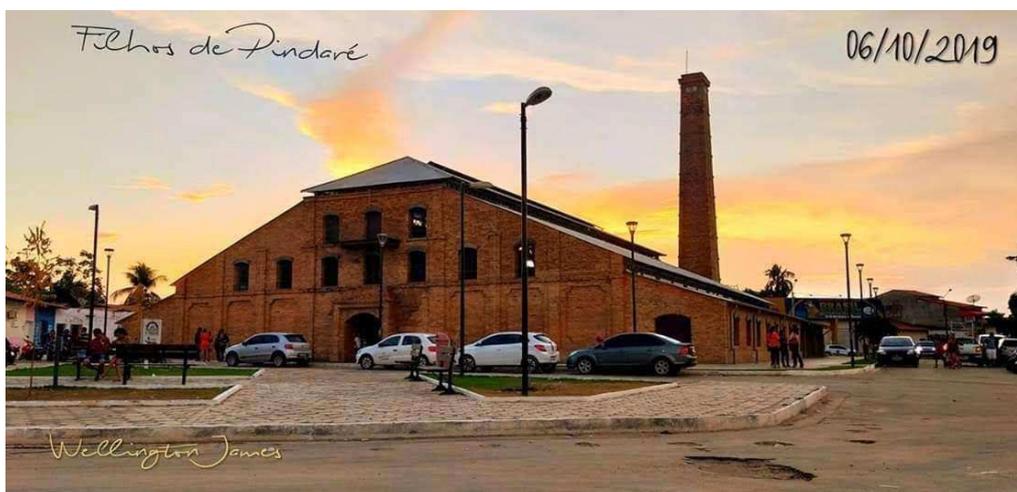
Além desse apontamento sinalizado por Dourado e Boclin (2008) no que sinaliza a fundação do engenho São Pedro. Corrêa (2021), enfatiza esse feito com vitalidade, assim ela discorre:

O prédio sede do Engenho Central São Pedro foi inaugurado em 16 de agosto de 1884. Possui forma retangular medindo 1,8 mil m<sup>2</sup> de área construída em três pavimentos, com paredes externas em alvenaria aparente de tijolos maciços, tendo agregado em sua parte externa posterior uma chaminé com a altura de cem pés ingleses, cerca de 30 metros. A estrutura do telhado foi confeccionada com ferro, sustentada por 44 colunas do mesmo material, coberta com telhas onduladas de zinco. Toda a estrutura metálica, o maquinário e a aparelhagem foram fornecidos pela firma inglesa Fawcett, Preston & Cia, de Liverpool, que providenciou, com sua equipe de engenheiros, mecânicos, operários e pedreiro, a construção do Engenho e da via férrea para transporte da cana. (CORRÊA, 2021, p. 103).

Diante disso, com base nas contribuições de Corrêa (2021), a fundação do Engenho Central São Pedro foi uma base para a estrutura açucareira que se forjava,

não só, mas para a região onde foi estabelecido, ou seja, em Pindaré-Mirim/MA, bem como, para a Província de modo geral. Sua inauguração em 16 de agosto de 1884 representou não apenas a introdução de uma importante infraestrutura industrial, mas também um impulso para o desenvolvimento econômico e social local, até mesmo no signo regional, levando em conta que à época esses índices na produtividade significativa mais para a província que detinha o monopólio em sua totalidade. Outra característica marcante é a sua estrutura retangular, com seus três pavimentos, o que demonstrava uma visão de eficiência e funcionalidade para a época.

Imagem 2. Área Frontal do Engenho Central São Pedro.



Ademais, a construção do Engenho Central São Pedro não apenas impulsionou a produção açucareira na região, mas também trouxe consigo novas técnicas e conhecimentos que beneficiaram a comunidade local, o que ficou conhecido como a revolução tecnológica. Portanto, a fundação deste engenho não apenas foi um evento histórico singular, mas também um catalisador para o progresso e a prosperidade da área onde foi estabelecido.

### **1.1. O papel do Engenho São Pedro no desenvolvimento econômico da região no final do século XIX;**

O Engenho central constitui uma das riquezas de nossa província. Ali está o progresso de nossa terra [...] os incrédulos têm obrigação de visitá-lo, os curiosos devem visitá-lo como um objeto digno de maior apreço e os que já tiveram, como eu, a dita de presenciar aquele foco de civilização e

progresso não pode deixar de entusiasmar-se e sentir pungentes saudades daqueles sítios (EUCLIDES FARIA, poeta e jornalista. Publicador Maranhense, 12/09/1885).

A produção açucareira desempenhou um papel significativo na história do Maranhão durante o século XIX, marcando não apenas a economia da região, mas também sua sociedade e cultura. Embora o auge da produção açucareira tenha ocorrido nos séculos anteriores, principalmente nos séculos XVI e XVII, o Maranhão continuou a desempenhar um papel importante na produção de açúcar durante o século XIX, embora em uma escala menor, como dito anteriormente.

Por esse viés, a importância da produção açucareira no Maranhão durante o século XIX, pode ser discutida em vários aspectos, apoiados em (Costa, 2008).

Primeiramente, o econômico em que a produção de açúcar foi uma das principais atividades econômicas da região. O açúcar maranhense era exportado para várias partes do mundo, contribuindo significativamente para a economia local e para a economia nacional do Brasil, que na época era uma colônia de Portugal. Costa (2008), pondera ainda sobre o viés social, em que a produção açucareira teve um impacto profundo na estrutura social do Maranhão. A necessidade de mão de obra para as plantações de cana-de-açúcar levou ao uso extensivo de trabalho escravo. Os escravos africanos desempenharam um papel central na produção de açúcar, e sua presença moldou as relações sociais e raciais na região.

Diante disso, trilhando pelos estudos de Costa (2008), esse projeto da produção de açúcar também influenciou a cultura do Maranhão. A presença de plantações de cana-de-açúcar, engenhos e casarões senhoriais contribuiu para a formação de uma paisagem cultural distintamente açucareira. Além disso, a cultura alimentar, os costumes e tradições associadas à produção de açúcar deixaram uma marca na identidade cultural da região.

E por fim, Costa (2015), salienta esse período no contexto político, onde a produção açucareira também teve implicações políticas significativas. Os proprietários de plantações de cana-de-açúcar exerciam influência política considerável na região, muitas vezes ocupando cargos de liderança local e regional. Isso os tornava uma força política importante no cenário político do Maranhão e do Brasil colonial.

Em se tratando desse aspecto desenvolvimentista da região, sobretudo, na esfera econômica, há quem acredita, principalmente os pindareenses que tal êxito

justifica-se pela existência do Engenho Central, claro que existe os que compreende o enredo dessa história em sua totalidade. Pois, em suma a narrativa que melhor aglutina as características da época seria a que pulsa nesse logaritmo “muito antes desse empreendimento, habitavam aquela região muitos povos indígenas, majoritariamente os povos Guajajara, que organizados em aldeias mantinham seus sistemas sociopolítico e econômico-religioso bem estruturados” (Costa, 2015, p. 103). Este parecer é apenas uma argumentação singela do contexto retratado para abster-se do princípio real dessa argumentação historiográfica.

Assim, diante dessa ideia de como foi o percurso desde a Colônia até a elevação da categoria de Engenho Central São Pedro; é possível averiguar que se deu à passos curtos, e nesse interstício a mesma já era habitada por povos originários, como já frisado anteriormente, especialmente os indígenas Guajararas que já povoavam este território, não só viviam nesse espaço como também empregavam suas vivências e práticas de sobrevivências na sociedade vigente à época.

Que por sua vez, conseguiram viver na região graças ao rio que banha o município e que propiciava a esse povo tirar seu sustento através dos subsídios que este oferecia, como água em abundância e áreas às suas margens para o cultivo agrícola, além de peixes que também era base alimentar dos nativos. Nesse prisma, é notório que o rio Pindaré naquele momento era extremamente importante, não apenas no quesito deste propiciar aos seres humanos retirarem seus suportes alimentícios, o que garantiria a vida desses indivíduos.

Este curso de água natural era mais potencializador pelo seguinte motivo: “foi uma das principais vias de acesso ao transporte fluvial contribuindo com embarque e desembarque de produção açucareira que movimentava a economia maranhense ainda no final do século XIX.” (Corrêa, 2021, p. 56). Para além dessa afirmativa, outra dimensão que enobrece essa decisão é a topografia do solo, ou seja, a área territorial é rica em sua fertilização, conforme Carvalho (2015), exemplifica em sua dissertação:

Não é só a fertilidade das terras da Colônia de São Pedro, onde vai ser levantada a fábrica, que contribuiu para o magnífico resultado que vimos de mostrar (um rendimento de 11,70% de açúcar sobre o peso da cana). Senão o complexo de circunstâncias, que reúne aquele lugar, tendentes todas ao bom êxito da empresa, e em tão crescido número, que dificilmente se encontraria outro nas mesmas condições. (CARVALHO, 2015, p. 153).

Então, é no tocante a essa especificidade de haver um rio as margens dessa ribeira que paulatinamente a proposta de se construir um engenho nessas terras foi ganhando projeção e se configurou de fato a feitura do Engenho São Pedro nesta extinta colônia (situado pela historiografia), utilizando este acontecimento que acontece o desenvolvimento da região, sobretudo na esfera econômica, cuja finalidade era essa que seus representantes apontavam. Exemplificando melhor essa compreensão. Em outro artigo publicado no jornal *O Paiz*, João Antônio Coqueiro, assim justificou a escolha do local onde a fábrica seria instalada:

1º - Ficam as terras da Colônia<sup>2</sup> (Colônia de São Pedro, em Pindaré-Mirim/MA) do lado direito do rio Pindaré, que produzem canas mais sacarinas do que as do lado esquerdo;

2º - É plano o terreno e firme a mata, que se estende desde as margens do dito rio até as do rio Grajaú, com seis léguas nessa direção, conforme nos informam;

3º - A terra, que vem morrer à margem rio, por ela altamente dominada, oferece vasta esplanada para o assentamento da fábrica;

4º - É o rio navegável em toda e qualquer época do ano até aquele ponto, que dista da capital apenas vinte e quatro horas de viagem em barco a vapor;

5º - O porto nada deixa a desejar, podendo dizer-se que não será mais do que uma baldeação para as barcas das companhias de vapores o transporte dos produtos da fábrica para o embarque e vice-versa;

6º - Dispõem as matas de ótimas e inúmeras madeiras de construção para todas e quaisquer obras da fábrica;

7º - Encontra-se em abundância excelente água potável em jussarais, espalhados em diversos pontos da mesma mata, e não longe, magníficos campos, ricos de pastagens, para a solta do gado;

8º - É proverbial a abundância do peixe nos rios e lagos, e de caças de todo gênero nas matas do Pindaré;

9º - Sendo plano o terreno, não exige o assentamento dos trilhos outra obra de arte a não ser um insignificante aterro em uma pequena baixa, que a linha férrea terá que atravessar;

10º - É o ponto da Colônia, por ser elevado, um dos lugares mais saudáveis do Pindaré, como o podem atestar os que ali têm vivido e os moradores da circunvizinhança. (CARVALHO, 2015, p.153-154)<sup>3</sup>

O ponto 5º destacado por Carvalho (2015), em suas entrelinhas sobre as vantagens da escolha do local para a fábrica, mostra que o porto tem uma função limitada e secundária em relação ao escoamento das mercadorias. Ao afirmar que o porto "nada deixa a desejar", mas que servirá basicamente como um ponto de baldeação para as barcas das companhias de vapores, o texto indica que o porto é considerado eficiente apenas como um intermediário para o transporte dos produtos da fábrica. Em outras palavras, o porto não é visto como um ponto central de

distribuição ou armazenamento, mas apenas como um ponto de transbordo entre diferentes modos de transporte (barcas em sua maioria).

Essa análise aponta ainda para a importância restrita do porto no processo de escoamento das mercadorias. Ele não desempenha um papel crucial na logística ou no armazenamento de grandes volumes de produtos; em vez disso, sua função é mais operacional, facilitando a transferência dos produtos da fábrica para o transporte de longo alcance. Assim, o porto é visto mais como uma etapa transitória na cadeia de suprimentos, refletindo uma dependência do sistema de transporte e destacando a necessidade de uma infraestrutura mais robusta para apoiar a produção e distribuição eficiente das mercadorias.

Entretanto, assim, Antonil (2011) justifica, a Companhia de Progresso Agrícola instalou-se em Pindaré – Mirim - MA por todas essas qualidades que o compêndio como um todo apresentava e para além disso eram terras férteis e que se caracterizavam como “as que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta das canas” (Antonil, 2011, p. 121). Sendo assim, ocorre a implantação do Engenho Central São Pedro na província do Maranhão e para esse feito ter acontecido não se aplicou apenas a necessidade de construí-lo, para tanto surgiu a necessidade de uma legislação, pois existia a necessidade de estar concernente aos trâmites e condições legais do empreendimento jurídico.

Nunes (2021) interpõe, nesse ínterim, curiosamente houve a necessidade de articulações, estabelecimento julgamentos, escolhas e pretensões das quais ocasionou no sistema de implantação do projeto na Colônia São Pedro, sobre esse convênio vejamos a questão que pondera esse encadeamento sob “vias legais”.

Segundo Francivaldo Nunes, em seu trabalho (artigo). “[...] O Engenho Central São Pedro em Pindaré e os debates sobre a lavoura maranhense no século XIX”, afirma:

Ainda em 1881, a Assembleia Provincial concedia por 30 anos, para uso da companhia, as terras da antiga colônia São Pedro, no vale do rio Pindaré, para montagem do novo engenho. [...] De acordo com Ribamar Caldeira, esta já se achava sem recursos e cheia de dívidas contraídas nos bancos, para poder concluir as construções e as instalações do grande engenho. Algumas dessas dívidas, vencíveis em 1884, ano em que seria o engenho inaugurado, levou este autor a afirmar que “o engenho central São Pedro nasceu sob o signo do déficit. Para fazê-lo funcionar, a companhia não dispunha de capitais suficientes para custear a produção da fábrica e quitar seus débitos”. *Então não bastava todas as prerrogativas anteriormente expostas das condições climáticas, extensão das terras, fertilidade etc. Existe questões políticas que apontam para as decisões.* (NUNES, 2021, p. 13-18, *Grifos Nossos.*)

Sob o mesmo ponto de vista, o que pode-se analisar é que a instalação desse componente aconteceu em 1884, ao passo que acentuado desde o princípio da sua instalação, a própria província já encontrava-se sem subsídios para custear a feitura de mais esse exemplar na colônia, o que para Coqueiro (1942), era a saída ideal para todas as pendências das quais a província se encontrava, a esperança se firmava ainda mais dadas as condições evidenciadas outrora sobre o espaço territorial do Engenho São Pedro e as técnicas inovadoras pensadas para a usina. Entretanto, o que se subtrai nesse enfoque é que a atividade da produção açucareira nessa localidade já se encontrava saturada, o que se produzia não era fortuito e não chegava a atingir o modelo vigente que era o acúmulo do capital.

Nessa perspectiva, que era modelada pelo sinônimo do regime capitalista não surtiu grandes efeitos como se esperava, todavia, esse fenômeno é considerado o marco histórico para o desenvolvimento da região, desenvolvimento no sentido de ser uma região atualmente do estado que no passado estivera habitada pela província e fazendo que na contemporaneidade está seja conhecida, embora o que foi realizado no passado estivera inerente aos anos finais do século XIX.

Uma outra questão que Carvalho (2015) chama a atenção é que nesse espaço o presidente da província maranhense, Joaquim Franco de Sá a denominou como a “expansão da lavoura”, ou seja, haveria um aumento da área cultivada, o crescimento da produção agrícola, o provimento de mudanças na estrutura econômica e em decorrência disso, um atenuado impacto nas estruturas social e ambiental. Esta expansão que se deu auxiliada com o cultivo da cultura da cana-de-açúcar. De acordo com o estudo de Carvalho (2015), identifica-se que embora a inauguração do Engenho São Pedro tenha sua implantação em 1884 e no mesmo ano desenvolver a primeira safra de sua produção, no entanto, o incremento da produção açucareira a nível regional e/ou provincial se deu apenas no ano de 1886, ou seja, seus primeiros dois anos de funcionamento foram fases de teste do modelo pensado.

Tal feito, segundo Carvalho (2015), é marcado pelo investimento em suportes direcionadas a infraestrutura como estradas, pontes entre outros visando o escoamento dessa produtividade para as demais regiões, e como estratégia mercadológica de adquirir valor as commodities, o então presidente aplicou uma

taxação extra acima de todo açúcar que era importado ansiando estabelecer condições de concorrência com a mercadoria produzida local.

Nesse viés, ainda que com essas investidas e pouco conhecimento no que tange aos níveis de produção do engenho nesse período, os poucos registros existentes conferem uma devida produção ao Engenho São Pedro durante os anos subsequentes a sua criação. Carvalho (2015) salienta:

Embora com insuficientes informações sobre as quantidades fabricadas de açúcar e de aguardente, verifica-se que essa produção já mostrava uma tendência de redução, a partir de meados dos anos de 1880, mesmo já existindo, naquela época, a grande produção do Engenho Central São Pedro, o qual fabricou 1.375.129 kg de açúcar, em 1884, 2.321.110 kg em 1885 e 2.203.450 kg no ano seguinte, além de mais de 220.000 litros de aguardente, neste último ano. (CARVALHO, 2015, p. 59).

Além disso, as exportações maranhenses durante a efervesciam do Engenho São Pedro vão crescer no ensejo da segunda metade do século XIX, ou seja, até os anos 1880. Logo após o desígnio da instabilidade, começa a ruir e se escancara o declínio da província. “nessa fase, a economia canavieira havia se expandido por quase todas as regiões do Maranhão, sendo que as áreas do Pindaré e da Baixada Ocidental Maranhense, possuíam os maiores engenhos e uma produção de melhor qualidade...” (Carvalho, 2015, p. 63).

Segundo Carvalho 2015, o Jornal da Lavoura publicou, ainda, a publicação de diversos artigos que relatavam a devida importância dos Engenhos Centrais, sendo a uma da divisão do trabalho entre lavradores e fabricantes de açúcar o que valioso para ambas as partes, tendo como resultado disso era o aumento e melhor organização do trabalho.

Nesse intento, Carvalho (2015), mas uma vez adverte que a produção da cana se tornou mais simplória, pois, o investimento deste era destinado apenas às terras e mão de obra, já que esse advento permitia que a fábrica central estava incumbida de receber a matéria prima próxima ao plantio, ou seja, o Engenho ficava ao lado da lavoura canavieira o que facilitava o manuseamento de sua produtividade.

O que podemos delinear é que a grande fábrica ter se instalado no município de Pindaré-Mirim foi tomado como um grande feito e com um majestoso sucesso “com a presença das maiores autoridades, dos grandes lavradores, e jornalistas do Maranhão”. Conforme os inscitos de Viveiros (1954) dista o seguinte:

Nesse período, não se cogitaria mais do aumento da produção, que se sabia em progresso crescente. Nele seriam outras as aspirações da classe: instalações mais modernas e novos métodos de trabalho em engenhos centrais. O velho engenho a vapor não servia mais ao lavrador maranhense. Ia-se entrar no terceiro ciclo da história do açúcar maranhense, cuja maior realização seria o Engenho Central São Pedro, no vale do Pindaré. (VIVEIROS, 1954, p. 208).

Assim, o que Viveiros (1954) sugere é que está se instaurando um momento de mudança na indústria açucareira no Maranhão. Advertindo que, em um determinado período, o foco da classe ligada à produção de açúcar não estaria mais apenas no aumento da quantidade produzida, pois esse aumento já estava em curso. Em vez disso, suas aspirações se voltariam para melhorias nas instalações e na adoção de novos métodos de trabalho, especialmente nos engenhos centrais.

Diante dos argumentos de Viveiros (1954) o que fica em evidência é que o antigo sistema de produção na segunda metade do século XIX, já não aspirava com outrora, e que o antigo sistema de produção baseado no uso de engenhos a vapor já não atendia mais às necessidades dos produtores maranhenses. O que resulta disso, é uma transição para um novo ciclo na história da produção de açúcar na região, e a grande realização desse novo ciclo seria a construção do Engenho Central São Pedro, localizado no vale do rio Pindaré.

Essa mudança representa uma evolução tecnológica e uma adaptação às demandas do mercado e às condições socioeconômicas da época. O Engenho Central São Pedro simboliza o avanço na produção açucareira e a modernização do setor, indicando uma nova fase na história da indústria açucareira no Maranhão.

Partindo dessa argumentação vamos direcionar as estimativas de gastos para elevação desse empreendimento dotado por características de exatidão e constituído pela dimensão da abundância em questões do que se esperava e os resultados que foram adquiridos a partir desse projeto ter se aplicado. Para Carvalho (2015), era um dos Engenhos mais belos desde as suas instalações e, deslumbrado, perguntava:

Os que ainda não foram ao Engenho Central serão porventura capazes de fazer um juízo aproximado do que aquilo é?

Duvido.

O que aqui se ouve chamar – Engenho São Pedro – não se descreve; o que ali está só pode ser apreciado por quem lá for; tudo o mais escapa à pena de quem tentar descrever a sua maravilhosa grandeza.

[...] À noite, este imenso edifício ilumina-se com uma grande quantidade de globos de luz elétrica, e então o aspecto que apresenta aquela grande fábrica assume formas surpreendentes. Ao clarão de uma luz vivíssima,

aqueles metais despedem chispas de diferentes cores, e os mil braços, cilindros, roldanas e alavancas em movimento desenhavam pelos tetos e paredes sombras fantásticas, que se agitavam em espasmos nervosos, descrevendo caprichosos arabescos, como as figuras movediças de caleidoscópios contínuos. (CARVALHO, 2015, p. 158).

Portanto, Carvalho (2015) ressalta a criação do Engenho São Pedro pelo signo da grandiosidade e pela sua impressionante complexidade, através dos olhos de alguém que já o visitou. O autor acentua também que aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de visitar o engenho talvez não sejam capazes de compreender completamente a sua magnitude e importância. A descrição notabiliza a dificuldade de transmitir a experiência de estar presente no engenho através de palavras. Ainda se ressalta que o simples nome "Engenho São Pedro" não consegue transmitir a verdadeira essência e grandiosidade do local.

Ao descrever a iluminação noturna do engenho com luzes elétricas, Carvalho (2015) destaca como o ambiente se transforma em algo surpreendente e quase mágico. Ele descreve a interação entre a luz e os objetos em movimento dentro do engenho, criando sombras e reflexos que parecem ganhar vida, formando padrões fascinantes e em constante mudança. Essa descrição busca transmitir a sensação de maravilha e admiração que o Engenho Central São Pedro desperta naqueles que têm o privilégio de visitá-lo, sugerindo que sua grandiosidade transcende qualquer tentativa de descrição verbal.

A vista disso, imerso na narrativa de Carvalho (2015), é perceptível que a proposta de como a fábrica deveria ser implantada foi atingida sem erros, mas os objetivos da província, sobretudo, os de cunho econômico que seria angariados com as produções do incremento da cana nesse locus, talvez não tenha forjado o esperado, tendo em questão que o Engenho São Pedro nasceu sob o signo do déficit e das inúmeras dívidas pendentes dos investimentos traçados nas duas últimas fases da produção açucareira que vinha se inovando a cada fase, como contra ponto sempre envolvia dificuldades que cada época impunha ao sistema aplicado nesse modelo de se empreender.

Diante dessa realidade o que foi possível colher como retorno do capital investido foram:

Em fins de 1884, ano da inauguração do Engenho, a Companhia teria que pagar juros no valor de 27:803\$219 réis. Para tornar mais difícil a situação, somente foi entregue a metade das 25.000 toneladas de cana previstas para aquele ano, tendo o engenho que iniciar suas operações com cerca de 50%

de capacidade ociosa. Além disso, a Empresa não possuía condições financeiras para adquirir a matéria-prima de outros lavradores. Para a segunda safra, os fornecedores entregaram 16.500 toneladas e na terceira, o engenho pôde moer 29.500 toneladas de cana, quantidade essa que no ano seguinte baixaria para apenas 16.000 toneladas, devido à estiagem ocorrida na região. A produção era constituída basicamente de açúcares de 1ª e 2ª qualidades e de aguardente, sendo esta destinada especialmente ao mercado interno. (CARVALHO, 2015, p. 160).

Nesse momento, diante do estudo evidenciado por Carvalho (2015), mais um a vez é possível visualizar o termo “dificuldade”, o dista são as dificuldades enfrentadas pela Companhia do Engenho Central São Pedro em seu primeiro ano de operação, em 1884. No ano da inauguração do engenho, a Companhia se viu diante de desafios financeiros significativos. Ela estava obrigada a pagar juros no valor de 27.803\$219 réis, o que já representava uma pressão financeira considerável.

Além disso, Carvalho (2015) aponta que apenas metade das 25.000 toneladas de cana previstas para aquele ano foi entregue, deixando o engenho com uma capacidade de forma inativa de aproximadamente 50%. A situação foi agravada pela falta de condições financeiras da Empresa para comprar cana de outros lavradores. Não obstante, já na segunda safra, os fornecedores conseguiram entregar 16.500 toneladas de cana, um aumento em relação à primeira safra, porém ainda abaixo das expectativas originais.

Na terceira safra, o engenho conseguiu moer 29.500 toneladas de cana, representando uma recuperação parcial da produção. No entanto, no ano seguinte, a quantidade de cana disponível caiu drasticamente para apenas 16.000 toneladas, devido a uma estiagem (período sem chuvas) na região.

Apesar das dificuldades, a produção do engenho consistia principalmente em açúcares de primeira e segunda qualidades, além de aguardente, que era destinada principalmente ao mercado interno. Esses detalhes evidenciam os desafios enfrentados pela gestão do Engenho Central São Pedro em seus primeiros anos de operação, especialmente no que diz respeito à obtenção de matéria-prima, que inicialmente eram fornecidas por pequenos produtores de cana, das localidades vizinhas do Engenho São Pedro em Pindaré-Mirim/MA.

Diante dos apontamentos feitos, surge uma categoria nesse processo de dessecamento a se fazer, diz respeito às relações dessa organização e seus seguimentos agrícola, sendo visível que a mesma se desmembrava em dois seguimentos, logicamente a principal motivação da lavoura canavieira era produzir

para abastecer o mercado externo e em seguida a segunda instância que se fazia pela necessidade de se produzir alimentos para o sustento do senhor e de sua família, e em última categoria para a escravaria e os demais seres humanos livres que viviam na cobertura do engenho.

Assim, podemos salientar que a economia ocorria em uma bifurcação, a capitalista, voltada para os moldes que o sistema apresentava que era produzir ao máximo para a retenção dos lucros para a província, e a outra é bem mais de ordem natural visando o “bem-estar” dos escravizados (como os de origem africana advindos pelo tráfico de escravos e pelos indígenas Guajajaras), e da própria manutenção do opressor, que chamamos de fonte destinada para o consumo, atividade que também era realizada pelos próprios escravos visando a manutenção da fazenda. Inclusive, explica Costa (2008) “na região do Pindaré mesmo no limiar da Lei Áurea em 1888, a utilização da mão de obra escrava era utilizada na lavoura sem qualquer alteração.”

## **1.2. Incrementos tecnológicos e impactos socioeconômicos na produção açucareira;**

Este item aborda a implementação de estratégias fundamentais e investimentos na Usina Engenho São Pedro. O objetivo principal desses investimentos era otimizar os resultados, considerando a qualidade favorável do solo, disponibilidade de mão de obra local e o clima semiárido propício ao cultivo de cana-de-açúcar ao longo do rio Pindaré.

Esses fatores convergiram para a localização da fábrica na região do Vale do Pindaré, especificamente em Pindaré Mirim, MA. Cabe ressaltar que, essa busca na tentativa de obter subsídios para a modernização da indústria açucareira maranhense; em meio aos anos finais do século XIX, ocorreram essas relações de características tecnológicas em sua gênese, mais precisamente no que é denominado a terceira fase da produção açucareira maranhense.

Nesse espaço, ocorreu no Engenho São Pedro localizado na microrregião de Pindaré-Mirim as mais vantajosas artes de cunho inovador para a realização de manipulação da cana-de-açúcar, sendo notório que por mais inovador que fossem essas buscas tecnológicas pela modernização no setor produtivo, essas técnicas

sempre estavam aquém em relação aos modernos equipamentos empregados em outras províncias. Nesse sentido, a ideia de progresso no Engenho Central São Pedro caminhava a curtos passos, com uma certa lentidão, embora fossem os mais modernos aparelhos tecnológicos implementados como uma alternativa em âmbito fulcral.

Nesse período, não se cogitaria mais do aumento da produção, que se sabia em progresso crescente. Nele seriam outras as aspirações da classe: instalações mais modernas e novos métodos de trabalho em engenhos centrais. O velho engenho a vapor não servia mais ao lavrador maranhense. Ia-se entrar no terceiro ciclo da história do açúcar maranhense, cuja maior realização seria o Engenho Central São Pedro, no vale do Pindaré. (VIVEIROS, 1954, p. 208).

Diante disso, “la -se entrar no terceiro ciclo da história do açúcar maranhense cuja maior realização seria o "Engenho Central São Pedro", no vale do Pindaré”, bem como destaca Coqueiro (1942, p. 75) “reunida a diretoria do Engenho Central, aos 5 de novembro, ainda em 1880, escolheu para presidente Martius Hoyer, para secretário, João José Alves dos Santos, para tesoureiro, F. J. Guilhon de Oliveira.” E assim, a empreitada do Engenho Central São Pedro começava a ganhar forma.

Esta fase se refere a uma mudança significativa no cenário da produção de açúcar, não só no Engenho São Pedro que é o cerne da questão, mas em todos os Engenhos no Maranhão. Anteriormente, o foco estava no aumento da produção de açúcar, com melhorias nos métodos tradicionais e no uso de engenhos a vapor. No entanto, nesse período descrito, houve uma mudança nas aspirações da sociedade açucareira maranhense. Agora, o interesse não estava tanto no aumento da produção, que já estava em crescimento contínuo, mas sim na modernização das instalações e na adoção de novos métodos de trabalho nos engenhos centrais. Isso indica uma transição para uma abordagem mais industrializada e tecnologicamente avançada na produção de açúcar.

O destaque é dado ao Engenho Central São Pedro, localizado no vale do Pindaré, que representa a maior realização desse novo ciclo na história do açúcar maranhense. Esse engenho central provavelmente incorporava tecnologias mais avançadas e métodos de produção mais eficientes, simbolizando a modernização e o progresso na indústria açucareira da região. Logo, o que se sobressai é a sugestão da mudança, que passasse a ser de ênfase na produção açucareira no Maranhão, saindo de simples aumento de produção para a adoção de tecnologias

modernas e métodos mais eficientes, marcando um novo ciclo na história econômica e industrial da região.

Nessas circunstâncias, a nova conjuntura que se organizava a partir de constantes crises que se instalou na atividade açucareira visava unicamente conseguir melhorias diante daquele quadro irregular maranhense. Tendo em vista que essas modernizações já se efervesciam em outros espaços, por exemplo, em Pernambuco que durante alguns anos exportava as bases da cana para o Maranhão, então, essas novas técnicas provocadas pelo Governo Imperial criou possibilidades de intervenções táticas de se fazer produzir e a buscar trilhos novos que não fossem os de singularidades da negatividade, mas um novo olhar tecnológico de produção. É nesse sentido, que Carvalho (2015) defende que dentre essas pautas de mudanças destaca-se a do Governo Imperial assegurado a Lei de n. 2.687 de 1875, cuja função era de regulamentação das fábricas centrais.

Essa regulamentação, ainda previa uma taxa de juros de 7%, diante do capital investido, durante vinte anos. Além de ter favorecido as publicidades frente as vantagens e os resultados obtidos com a presença de investidores franceses e ingleses, bem como, seu capital aplicado nas produções subsequentes, solidificou ainda mais a implantação das fábricas na região. Corrêa (2021), argumenta que em dados publicados pelo Jornal da Lavoura, São Luís, ano 1, n. 4, em 30 de julho de 1875, p. 36, é destacado o anseio de alguns lavradores por externarem as vantagens obtidas pelas fábricas frente a esse novo modelo adotado de cunho tecnológico, inclusive discursos proferidos de apoio a solução encontrada para a lavoura local.

Corrêa (2021) salientou ainda sobre a criação de um banco hipotético, direcionada para a oferta do capital a ser aplicado, com clamores de redução dos juros e prazos para o pagamento mais tolerante. Em consonância as pretensões, os resultados perquiridos foram a “solidez” de caráter momentâneo, passageiro porque essas investidas se aplicavam mais na modernização da fabricação do açúcar, e não em todas as questões de que pertenciam a instabilidade do setor econômico, por exemplo. Pensando assim, a modernização que se dar é graças a existência dos Engenhos Centrais no Maranhão.

Observando o cenário em questão, nessa categoria da modernização e os investimentos dos implementos agrícolas de inovações tecnológicas estavam ligados

ao Engenho como os equipamentos mais desejados por todo e qualquer senhor de Engenho na região, Viveiros (1954), exprime os mais eloquentes componentes maquinários do Engenho:

6 geradores de vapor, cada um com 25x6 pés; 2 bombas para alimentação dos geradores; 3 moendas horizontais, sistema Rouvelot, de 5 pés x 26 polegadas; 1 esteira sem fim; 1 dita sem fim para bagaço; 5 defecadores; 1 monte jus (monta caldo) 2 prensas filtro completas; 2 clarificadores; 12 filtros de ferro; 1 máquina a vapor; 1 aparelho de tríplice efeito; 1 aparelho a vácuo 4 grandes tanques para xarope; 48 resfriadores de ferro; 4 centrífugas automáticas de 32 polegadas de diâmetro; 1 máquina a vapor para as turbinas; 1 monte jus para as centrífugas; 1 elevador mecânico para conduzir o açúcar das turbinas; 9 dornas com capacidade de 3.600 galões, cada; 1 poderosa bomba, com máquina e caldeira própria, colocada à margem do rio, com capacidade para fornecer 55.000 galões de água por hora. Além dessas, ainda existiam muitas outras partes que completavam a estrutura mecânica do Engenho, como as duas locomotivas que transportavam as canas, em 105 vagões de 3 toneladas. (VIVEIROS, 1954, p. 58).

Conforme os argumentos de Carvalho (2015), é possível acentuar que dentre as fábricas que irão ser criadas a partir de 1880, entre tantas propostas do Governo Imperial, a construção promulgada foi o Engenho São Pedro, localizado nas margens do rio Pindaré, que na época fazia parte do município de Monção, região que era compreendida pela existência de 20 Engenhos, que em sua maioria eram unidades de fogo morto (Engenho improdutivo, que não exercia suas atividades de forma plena), além disso, é pertinente destacar que essa proposta do Engenho São Pedro foi pleiteada por um grupo de comerciantes de São Luís - MA liderados, como uma espécie de parceria com o também comerciante Martinus Hoyer. Logo, ocorreu os esforços orçamentários, reuniões que serviram como base para os investimentos na compra de materiais para a sua construção, sendo planejada uma crescente quantia, notemos:

A fábrica foi orçada em 500:000\$000 réis, e o capital dividido em ações de 100\$000 réis cada uma, para o que foram emitidas 5.000 ações, das quais 4.883 já haviam sido subscritas na época. O capital deveria subir gradualmente até um total de 500:000\$000 réis, conforme o crescimento da Empresa assim o permitisse. Martinus Hoyer, que fora escolhido presidente da Companhia, apresentou os planos e orçamentos de três casas, uma de Paris, uma de Nantes e outra, de Liverpool; esta última foi a escolhida. (CARVALHO, 2015, 155).

Notadamente, o que o autor quer evidenciar é como se deu esse contexto histórico em que a fábrica foi orçada, datada pelo comprometimento de compras de

materiais no exterior em construtoras e/ou fornecedoras como a de Liverpool, escolhida para executar os planejamentos do Engenho, nesse intermédio, podemos inferir a existência da formação de uma companhia, possivelmente angariada como espécie de uma sociedade por ações para a construção de uma fábrica. Em suma, seria onde o capital necessário obtido se concretizasse através da venda de ações. A escolha do fornecedor de construção indica um processo de planejamento e execução da construção da fábrica, resumindo, ao atingir o objetivo de totalizar um capital de 500 mil réis conforme o crescimento da empresa permitisse. Mas tarde, veremos os resultados alcançados por esses investimentos.

E não apenas os equipamentos necessários para sua instalação adveio de outro país, soma-se a isso a própria construção do Engenho que precisou de trabalhadores de outras localidades. De acordo com o Diário do Maranhão:

Tropeçava-se na penúria de profissionais e de simples trabalhadores de campo. Tudo vinha de fora. O construtor da via férrea e os assentadores de trilhos, assim com seis mecânicos e um pedreiro, vieram da Inglaterra. Os ruralistas angariam-se no Ceará e em Caxias. O valor do patrimônio era superior ao capital da Companhia, fixado inicialmente em 500 contos de réis. (Diário do Maranhão, 07/02/1887 apud CORRÊA, 2021, p. 53).

Ademais, após todas essas implementações alcançadas no processo de implementação da fábrica, Carlos Jesus de Carvalho em “Ascensão e Crise da Economia Açucareira no Maranhão:1850 – 1910”, é bem enfático quando discorre:

Em 31/09/1880, através do Decreto nº 7.811, o Governo Imperial aprovou os estatutos da empresa, quando então foi eleita a primeira diretoria da Companhia Progresso Agrícola, que seria a responsável pela construção do Engenho São Pedro. A Lei provincial nº 1.228, de 19/04/1881, autorizava o governo a aforar as terras necessárias ao engenho, cujo contrato seria lavrado no dia 1º de junho daquele ano. (CARVALHO, 2015, p. 155).

Diante desse fragmento, vemos que a lógica da Companhia de Progresso Agrícola adquiriu uma maior notoriedade de uma empresa ao passo que se estabeleceu à criação do Engenho São Pedro. Nesse mesmo período, o Governo Imperial sabiamente aprovou os documentos e regulamentos que fora a base dos estatutos da Companhia, isso posto ocorrendo em setembro de 1880, claro que a pretensão maior era a construção do Engenho São Pedro, com a finalidade de explorar ao máximo a região, a proposta do engenho era benquista devido a propriedade colaborar com o cultivo da cana-de-açúcar e seu processo de

manipulação se produzir com mais eficácia, ocasionando na existência de outros produtos derivados, como a aguardente.

Envolto dessas ideias, Carvalho (2015, p. 155), aborda que benfeitoria maior foi quando a Lei provincial n. 1.228, datada de 19 de abril de 1881, autorizou o governo a aforar terras necessárias ao Engenho, aforar aqui, exprime o significado de que foi concedido o direito de uso de terras “públicas” ou pertencentes ao governo para um propósito específico, neste caso, a construção e operação do Engenho São Pedro.

Portanto, diante do arcabouço historiográfico proeminente de Carvalho (2015), é possível sintetizar essa narrativa, assim, o desenvolvimento dessas atividades no Engenho Central São Pedro deu-se na segunda metade do século XIX, houve algumas iniciativas para modernizar a indústria açucareira no Maranhão, embora essas mudanças sempre chegassem com atraso em comparação com outras regiões produtivas.

A modernização concentrou-se principalmente na adoção de unidades a vapor, no uso de bagaço de cana como combustível, e na introdução de novos equipamentos como centrífugas, evaporadores Victor, tachas de Wetzel, defecadores e caldeiras a vácuo. No entanto, essas técnicas inovadoras foram implementadas lentamente em muitos engenhos da Baixada Maranhense e da região do Pindaré, o Engenho São Pedro é um dos que rompe com essas tradições ao final do século XIX.

## **CAPÍTULO 2. APOGEU E DESAFIOS:** o auge da produção açucareira e influência na economia local

O capítulo anterior versou em explorar a fundação do Engenho São Pedro na microrregião de Pindaré-Mirim/MA, destacando seu papel no desenvolvimento econômico da região durante o final do século XIX. Concentrada na fase inicial de crescimento e prosperidade; destacando os investimentos, tecnologias e impactos socioeconômicos positivos da produção de açúcar.

Este capítulo preocupa-se em abordar os domínios que coadunam para o que se denomina como auge da produtividade açucareira no município de Pindaré-Mirim/MA e suas influências com a economia local. No entanto, é importante destacar os desafios enfrentados durante este período, como mão-de-obra, concorrências, mudanças no mercado e, questões ambientais relacionadas ao cultivo de cana-de-açúcar.

É cabível destacar os desafios enfrentados pela produção açucareira no Brasil nos anos (1840–1874) que antecederam a instalação do Engenho São Pedro na província maranhense. Esses contratempos servem como contexto essencial para entender as condições reais deste empreendimento. Em conformidade ao estudo de Eisenberg (1977), observemos as circunstâncias.

Desde 1840, a maior parte do açúcar brasileiro era vendida a Inglaterra. Com a proliferação das refinarias em solo inglês, entre 1854 e 1874, a Inglaterra impôs tarifas à importação de açúcar refinado, o que, para os comerciantes brasileiros, significou uma redução de preço de 25% a 33%, além dos custos com o transporte de impurezas contidas no açúcar mascavo, sem valor econômico (Eisenberg, 1977, p. 50).

Simplificando o pensamento de Eisenberg (1977), sugere que entre 1854 e 1874, o comércio do açúcar brasileiro enfrentou uma significativa mudança devido à política tarifária adotada pela Inglaterra. A partir de Eisenberg (1977) constata-se que, anteriormente, a maior parte do açúcar do Brasil era destinada ao mercado inglês, mas a proliferação das refinarias de açúcar na Inglaterra levou à imposição de tarifas sobre o açúcar refinado importado. Essas tarifas resultaram em uma redução substancial nos preços recebidos pelos comerciantes brasileiros, estimada entre 25% e 33%. Além disso, o transporte do açúcar mascavo, mais barato, porém menos refinado, envolveu custos adicionais devido à presença de impurezas sem valor econômico, o que exacerbou as dificuldades econômicas enfrentadas pelos produtores de açúcar no Brasil durante esse período.

Desse modo, segundo Rodrigues e Ross (2020), o entendimento dessa carência do Brasil fornecer o açúcar em seu estado bruto e concebê-lo refinado se explica porque durante o ciclo dos engenhos no Brasil, o açúcar produzido não passava pelo processo completo de refinamento como ocorria nas refinarias europeias. Os engenhos de açúcar no Brasil colonial e imperial eram responsáveis pela produção de açúcar mascavo ou bruto, que passava por um processo de purificação e cristalização nos próprios engenhos.

Esse processo envolvia a moagem da cana-de-açúcar, a fervura do caldo para concentrar o açúcar, a purificação através de clarificação e filtração, e finalmente a cristalização do açúcar em formas ou moldes. No entanto, o açúcar resultante desse processo nos engenhos brasileiros ainda continha algumas impurezas e não era tão refinado quanto o açúcar produzido nas refinarias europeias, que passava por processos adicionais para remover completamente essas impurezas e obter um produto mais puro e de qualidade.

Ademais, enquanto o açúcar produzido nos engenhos brasileiros era refinado até certo ponto, ele não alcançava o nível de refinamento completo como o açúcar produzido nas refinarias europeias. Isso influenciou a competitividade do açúcar brasileiro no mercado internacional, especialmente quando a Inglaterra começou a impor tarifas sobre as importações de açúcar refinado estrangeiro, como mencionado anteriormente.

Outro obstáculo significativo enfrentado pelo Brasil, que também impactava diretamente a província, era a concorrência crescente com o açúcar produzido a

partir da beterraba. Essa competição se intensificou devido ao avanço tecnológico e ao incentivo governamental na Europa para o cultivo e processamento da beterraba açucareira, resultando em um aumento na produção desse tipo de açúcar. Essa nova fonte de açúcar europeu, que não dependia das condições climáticas tropicais como o Brasil, tornou-se uma alternativa mais acessível e competitiva no mercado internacional, afetando negativamente as exportações brasileiras e as economias locais dependentes da produção de cana-de-açúcar.

A respeito desse empecilho (a concorrência do açúcar de beterraba com o açúcar de cana), acentua Eisenberg (1977, p.48), “com a introdução do açúcar de beterraba, no decênio de 1870, o Brasil perdeu praticamente por completo o mercado inglês, o qual foi substituído pelo norte-americano, único ainda não dominado pelo açúcar de beterraba.” Assim, a introdução do açúcar de beterraba na década de 1870 representou um desafio significativo para o Brasil no mercado internacional. Com o avanço tecnológico e o apoio governamental na Europa, a produção de açúcar a partir da beterraba se expandiu rapidamente, oferecendo uma alternativa competitiva ao açúcar de cana brasileiro.

No tocante ao que se pretendia como prosperidade da economia canavieira, para abrir essa discussão nada melhor que um recorte do discurso proferido pelo deputado da província maranhense, José Cândido Martins, cujas palavras soaram:

Vai a nossa província, senhores, possuir o mais importante melhoramento agrícola - o estabelecimento de um engenho central; e a companhia encarregada de fundá-lo escolheu para isso as terras da extinta ou quase extinta colônia São Pedro na zona do Pindaré. Vai, portanto, o meu município transformar-se completamente, possuir uma empresa da maior importância; e nós, os habitantes de Monção vamos ficar ufanos pelo impulso, pelas incontestáveis vantagens que auferira a lavoura do nosso município e a da província inteira com a realização dessa empresa (Martins Apud Nunes, 1881).

Francivaldo Nunes (2021) ressalta que essa expressão em epígrafe faz parte do discurso proferido pelo deputado José Cândido Martins, na sessão ordinária de 31 de março de 1881 da Assembleia Provincial do Maranhão. Na oportunidade enfatizava a necessidade de promover o desenvolvimento da agricultura maranhense, com a implantação dos engenhos centrais, com destaque para as

terras da antiga colônia indígena<sup>5</sup> de São Pedro, “habitavam aquela região muitos povos indígenas, majoritariamente os povos Guajajaras, que organizados em aldeias mantinham seus sistemas sociopolíticos e econômico-religioso bem estruturado” (Costa, 2008, p. 103); localizada no vale do rio Pindaré, Noroeste do Maranhão.



Fonte: Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

Retomando a questão, diante deste discurso do Deputado Provincial José Cândido Martins, em 1881, é possível esquadrihar o otimismo e a expectativa gerados pela instalação de um engenho central na região de Pindaré, no Maranhão. Para os detentores do poder local, essa iniciativa representa não apenas um avanço econômico, mas também uma transformação social e cultural significativa.

Além disso, a instalação de uma empresa de grande porte como a do Engenho Central São Pedro, ficará na memória como um marco de prestígio e

---

<sup>5</sup> O projeto colonizador português aproveitando-se dessa presença dos povos nativos e, no intuito de defender os interesses da coroa forjou e implementou a instituição ‘Colônias’ e já em 1840 foi criada a Colônia de São Pedro do Pindaré no lugar onde era antes a aldeia dos Guajajaras. Sendo assim, Pindaré existe antes do Engenho Central e a formação de sua população tem origem nos povos Guajajara, nos engenhos e nas fazendas da região, nos negros escravizados que posteriormente trabalharam no Engenho Central ou que simplesmente no período pós-abolição ficaram à margem nos arredores dos povoados e engenhos (Costa, 2008, p. 103-104).

progresso para o referido município, conferindo um novo status à comunidade e potencializando a produção agrícola não só local, mas também beneficiando toda a província. A expectativa de transformar-se completamente indica a percepção de que o engenho central não apenas aumentará a produtividade agrícola, mas também impulsionará o desenvolvimento socioeconômico da região, visão arquitetada pelos senhores da província, os que iriam lucrar com essa atividade.

A autora Maria Zenaide Costa (2008), discorrendo sobre os processos que originaram o Engenho Central na região, salienta que:

O marco significou mais que uma empresa ou um grande centro da **Companhia de Progresso do Maranhão**, representou a região, a Companhia, os senhores, os comerciantes, os lavradores, os descendentes Guajajaras ainda ali existentes, os negros escravos da redondeza ou alforriados trabalhando assalariado no Engenho. Nesse sentido, pode-se presumir que praticamente tudo ali passou a ser visto pela ótica da presença do Engenho. (Costa, 2015, p. 94).

A relevância deste estudo de Costa (2015), destaca como o Engenho, além de ser uma estrutura física e econômica, funcionava como um símbolo e um centro de poder abrangente na região. Ele não apenas representava a empresa Companhia de Progresso do Maranhão, mas também revestia a autoridade dos senhores locais, o comércio regional, os agricultores e até mesmo os grupos étnicos específicos como os descendentes Guajajaras e os negros escravizados ou libertos que trabalhavam ali.

A presença do Engenho São Pedro não se limitava apenas à atividade produtiva; este moldava a vida social, econômica e cultural ao seu redor, influenciando as relações de poder, as dinâmicas de trabalho e até mesmo as percepções cotidianas dos habitantes locais. Assim, a ótica do Engenho permeava quase todos os aspectos da vida na região, refletindo sua importância central e seu impacto abrangente sobre a comunidade.

Dessa maneira, buscando entender esse feito, as historiografias existentes apontam como marco para essa efervescência produtiva a expansão da cultura tecnológica, por exemplo, “o açúcar é, entre todos os produtos com valor comercial, o que foi alvo de maiores inovações tecnológicas para o fabrico, por força da pressão do mercado e do ciclo vegetativo da cultura” (Vieira, 2007, p. 03). Esse fenômeno se aplica ao Engenho São Pedro devido ao cultivo da cana-de-açúcar ser uma cultura vegetal.

E principalmente pelas condições climáticas que afetam diretamente a qualidade da matéria-prima, o que era positivo na região do vale do Pindaré, cuja clima, era o tropical semiúmido, e quanto as inovações tecnológicas foram as mais influentes pois tratava-se da terceira fase da produção. Essas inovações visavam superar os desafios impostos pela própria colheita, cujas combinações de inovação foram essenciais para o sucesso da indústria do açúcar, embora saiba-se que esse estopim da produtividade não tenha ocorrido tal como se esperava.

Ainda, segundo Vieira (2007), o que leva a esse desenvolvimento seria:

As mudanças ocorridas a partir de finais do século XVIII, com a plena afirmação da máquina a vapor, conduziram a uma transformação radical do complexo açucareiro, que assume a dimensão espacial de uma fábrica, onde todas as operações se executam em série apenas numa planta. A revolução industrial nos legou a fábrica, fez aparecer o laboratório, uma peça-chave no fabrico do açúcar, e obrigou a uma especialização dos técnicos envolvidos. (Vieira, 2007, p. 04)

Nessa composição do que se compreende como engenho açucareiro, é descritível a importância da Revolução Industrial para o contexto, de modo especial a partir do final do século XVIII com a plena invenção da máquina a vapor, corroborando com a dinâmica da indústria açucareira. Conforme Vieira (2007), essa nova composição permitiu que as usinas de açúcar abandonassem métodos manuais e dependentes da força animal, alternando-os por processos mecanizados mais eficazes. Como exemplo desse feito, o uso de máquinas para moagem da cana-de-açúcar e para a extração do caldo, aumentando a produção e reduzindo custos.

Essa transformação em fábrica que chegou ao Maranhão em finais do século XVIII e se angariou durante o século XIX, o engenho São Pedro participa de toda essa época áurea, uma vez que segundo Cunha (2009), antes da Revolução Industrial, a produção de açúcar se dava de forma descentralizada e muitas vezes realizada em pequenas unidades de produção, as chamadas engenhocas. Logo, com o advento da tecnologia a vapor e outras inovações direcionadas para este ramo industrial, as usinas de açúcar se transformaram em grandes fábricas centralizadas.

Todas as etapas do processo produtivo passaram a ser realizadas em um único local, de forma contínua e em série, aumentando a efetividade e o tempo de controle sobre a produção, conforme Vieira (2007). Em suma, o impacto dessa nova

organização do Engenho aliado a concentração de operações em um espaço único, proporcionaram o aumento da produção, além de que a antiga casa de engenho se tornou extensos engenhos, com infraestrutura dedicada às diversas etapas do processamento da matéria-prima até o produto.

Diante desse breve item introdutório fica visível como a Revolução Industrial colaborou com esse empreendimento econômico fincado no produto da cana-de-açúcar, alterando as práticas de produção de açúcar e estabelecendo as bases para uma produção mais integrada, tecnologicamente avançada e organizada, certamente focada no crescimento produtivo. O que será desmembrado de agora em diante se direciona para a produtividade do Engenho São Pedro, seu período de ascensão.

Na dilatação desse estudo tem-se dirigido ênfase sobre o Engenho, especificamente para a sua atuação na economia maranhense em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Assim, o que seria essa base para a produção do açúcar; Rodrigues e Ross (2020) em seu trabalho: “A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográficas, histórica e ambiental”. Os autores apresentaram um conceito breve e basilar do que seria o Engenho Central, diz assim:

A unidade industrial centralizava a recepção da matéria-prima dos lavradores e dos antigos engenhos banguês, recebendo por isso o nome de engenho central. Diferentemente, portanto, dos antigos engenhos, a unidade cultivo-produção anterior dava lugar à divisão do trabalho entre o proprietário agrícola (cultivador de cana) e o produtor de cana. (Rodrigues e Ross, 2020, p. 70).

O que segundo Eisenberg (1977, p.111) em torno dessa concepção do engenho central, essa divisão do trabalho<sup>6</sup>, proveria o uso dos fatores de modo mais eficiente, pois o agricultor poderia direcionar seus recursos apenas a agricultura (cultura de cana-de-açúcar), promovendo melhorias com o uso de fertilizantes, irrigação e mecanização, não havendo mais necessidade de dispender recursos para melhorar seu próprio engenho, podendo até mesmo abandoná-lo.

O que se insere nessa perspectiva é a pontuação já mencionada no capítulo anterior, pois para esse “apogeu” a existência desses fatores tecnológicos não

---

<sup>6</sup> O estado da arte realizado para esta pesquisa, mostra que diante das fontes documentais existentes sobre o Engenho Central São Pedro, não foi possível averiguar como ocorreu a divisão do trabalho na fábrica e nenhum registro de contratação desses indivíduos, o que se pode evidenciar é que o trabalho era realizado pela mão-de-obra escrava e assalariada no pós-abolição do trabalho escravo.

supria às devidas necessidades, sem falar nas concorrências postas (o que será dialogado posteriormente). Contudo, diante da narrativa de Rodrigues e Ross (2020), o fato é que nessa atmosfera imperial avanços tecnológicos ocorreram, mas de modo fragmentado, isso ocorrendo em poucos Engenhos da época, cujo fenômeno era alcançado quando o proprietário se dispunha a buscar esses implementos para seu projeto de produção. Rodrigues e Ross (2020, p. 71) distam: “Mas faltava continuidade, incremento na proliferação de novas técnicas nos engenhos, estabilidade dos progressos tecnológicos conquistados e, sobretudo, capital”.

Mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, o Engenho Central São Pedro

| ANOS | PRODUÇÃO       |                       | VALOR<br>(réis) | ÍNDICE |
|------|----------------|-----------------------|-----------------|--------|
|      | AÇÚCAR<br>(kg) | AGUARDENTE<br>(litro) |                 |        |
| 1884 | 846.801        | 126.240               | 158:776\$175    | 100    |
| 1885 | 1.375.129      | 138.780               | 248:186\$600    | 156    |
| 1886 | 2.321.110      | 196.500               | 319:834\$374    | 201    |
| 1887 | 2.203.454      | 220.000               | 323:058\$523    | 203    |
| 1889 | 1.098.874      | 294.500               | 250:662\$786    | 158    |
| 1890 | 1.734.300      | 346.000               | 380:242\$908    | 239    |
| 1892 | 1.120.688      | 211.000               | 62.886\$882     | 292    |
| 1895 | 1.026.756      | 155.180               | 433:287\$513    | 273    |
| 1897 | 906.229        | 196.750               | 490:002\$228    | 307    |
| 1900 | 356.631        | 83.092                | 220:500\$141    | 139    |
| 1905 | 106.086        | 50.106                | 80:340\$556     | 51     |
| 1912 | 319.576        | 93.000                | 126:499\$030    | 80     |

Fonte: Carvalho (2015).

De acordo com os dados perquiridos, pode-se considerar alguns aspectos, dentre eles a utilização da matéria-prima a cana para uma outra especialidade que se incluía nestas operações que era a fabricação da aguardente. Logo, produção de açúcar e aguardente variou significativamente ao longo dos anos. Em 1886, por exemplo, a produção de açúcar atingiu seu pico com 319.834 kg, enquanto a

produção de aguardente foi de 201 litros. Em contrapartida, em 1905, houve uma queda acentuada na produção, com apenas 80.340 kg de açúcar e 51 litros de aguardente.

Adequado aos números apresentados por Carvalho (2015), é possível averiguar também o valor da produção, expresso em réis, que em suma variou bastante. Em 1886, o valor atingiu 323.058\$523 réis, refletindo um período de alta produtividade e preços favoráveis. Em anos subsequentes, como 1905 e 1912, houve uma significativa redução nos valores gerados, evidenciando possíveis dificuldades econômicas ou mudanças nas condições de mercado, dentre elas safras menores, o solo já não produzia como antes e abolição do trabalho escravo foram o cerne para tais desafios, como também aponta Coqueiro, 1942). A análise dos números sugere que o Engenho São Pedro passou por períodos de expansão ao longo das décadas abrangidas pelos dados. Os anos de 1880 e 1890 pelos dados da produtividade são os anos mais prósperos, com altas produções e valores elevados.

Imerso a esta pauta do auge da produção açucareira, estes números se justificam, ainda, pelo que a historiografia afirma como eixo que detinha o Engenho Central São Pedro, em concordância com Fran Paxeco, “esse Engenho era um dos melhores do Brasil. Possuía 500 bois de carro, 35 carroças, cerca de 50 casas de madeira, 3 léguas de terras e 10 km de ferrovia. Estava montado em vasta esplanada, à margem direita do rio Pindaré, com área de 140x130 pés e uma chaminé de cem pés de altura.”

Ademais, sobre a qualidade e/ou condições do açúcar produzido no Engenho Central São Pedro em Pindaré-Mirim/MA a historiografia não especifica de forma contundente como se atribuía, o que se justifica pela escassez de trabalhos científicos voltados para esse acontecimento, em consonância a esse período, de modo geral as pesquisas existentes exprimem narrativas que convergem para a compreensão da veracidade da proveniência como um todo. César Marques pontua em seu *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (1970, p. 64) um registro que o Sr. Dr. Antônio fez em seu *Almanaque do Povo*, onde esse referindo-se ao açúcar produzido no Maranhão dizia que:

“O açúcar exportável, dito bruto, que fabrica a maior parte dos lavradores, com exceção de um ou de outro mais adiantado em conhecimentos

profissionais, ou mais zeloso do próprio interesse, ainda é muito de muito inferior qualidade àquela se poderia obter, e que produzem outros engenhos do Brasil, devido certamente, ao mau fabrico dele e outro tanto sucede com o chamado branco, ou de primeira qualidade, que também não pode ainda rivalizar com o das outras províncias, o qual, para certos misteres, é mais procurado que o nosso, diferença que decerto não pode provir da planta, e sim do modo de lhe extrair do suco o açúcar.” (Marques, 1970 apud Almeida e Rios, 2017, p. 06).

Neste trecho, o autor Almeida e Rios (2017) está criticando a qualidade do açúcar produzido por lavradores no Brasil, e em particular o Maranhão. Ele argumenta que a maior parte dos lavradores produz um açúcar bruto de qualidade inferior, comparado ao que poderia ser obtido se fossem aplicados conhecimentos técnicos mais avançados e maior cuidado no processo de fabricação. Isso resulta em um produto que não alcança o padrão de qualidade dos açúcares produzidos em outras províncias do Brasil.

Logo, podemos imaginar mediante Almeida e Rios (2017) que há um paradoxo, porque os proprietários do Engenho Central São Pedro investiram na aquisição de equipamentos com tecnologia moderna naquele período, mas ao que podemos intuir é que indica que não houve investimentos para qualificar a mão de obra existente. O que concorre para que o açúcar produzido era de baixa qualidade pela necessidade de investir na ancora do processo que era a mão de obra.

O autor sugere que a diferença na qualidade não se deve à planta de cana-de-açúcar em si, mas ao método inadequado de extração do açúcar do suco da planta. Portanto, ele critica a falta de profissionalismo e de interesse próprio entre os lavradores, que não adotam práticas mais avançadas de fabricação de açúcar, resultando em uma mercadoria de qualidade inferior e menos competitivo no mercado.

No entendimento de Dourado e Boclin (2008), o Engenho Central São Pedro viveu um breve período de prosperidade. Nos primeiros anos de sua operação, a produção demonstrou um crescimento significativo (embora não atraentes aos olhos dos gestores desse empreendimento), com 846 toneladas de açúcar em 1884 e 1.375 toneladas em 1886. No entanto, ao longo do tempo, os índices de produção começaram a declinar, marcando um apogeu que, embora relevante do ponto de vista histórico, foi efêmero economicamente e em funcionamento também. As produções subsequentes foram caracterizadas por uma

queda gradual, resultando em volumes cada vez menores, apresentando uma simplificação na produção.

Complementando a discussão sobre o tempo de produtividade do Engenho Central São Pedro e sua importância para a sociedade local, é evidente que sua capacidade de realizar trabalho eficiente estava diretamente ligada aos seus recursos materiais e estruturais. O engenho possuía infraestrutura robusta, incluindo maquinaria avançada para a época, instalações bem equipadas e uma organização eficaz da produção. Além disso, sua localização estratégica às margens do rio Pindaré proporcionava acesso facilitado aos recursos hídricos necessários para o processamento da cana-de-açúcar. Esses elementos não apenas sustentavam a alta produtividade do engenho, mas também contribuíam significativamente para a economia local, proporcionando empregos e impulsionando o comércio e outras atividades relacionadas. Dessa forma, o Engenho São Pedro não era apenas um centro produtivo, mas também um pilar essencial da vida econômica e social da região, exercendo influência profunda sobre o desenvolvimento local durante seu período de apogeu.

## **2.1 Desafios enfrentados pela produção açucareira e suas concorrências**

De acordo com o cenário da província a qual o Engenho central São Pedro correspondia dentre os principais desafios enfrentados foi a segurança da mão de obra que por ser escrava, nesse contexto beirava a escassez. Um estudo realizado por Reis (2007) é possível averiguar o seguinte “a partir da segunda metade do século XIX o Maranhão, assim como outras províncias do nordeste, que também sofriam os efeitos da crise no mercado do açúcar abastecia a lavoura cafeeira do centro/sul com mão de obra escrava através do tráfico interprovincial, como uma tentativa de assegurar a produção que carecia de braços na realização das atividades que exigia o processo, já que dispunham de mão de obra disponível em função dos problemas que atingiam as lavouras da província. Nesse contexto a comercialização de escravos era uma saída, mas também um problema, uma vez que diante das dificuldades, o escravo era a única garantia que proprietários endividados possuíam para garantir os novos empréstimos.

Segundo o estudo de Almeida (2008) a questão retratada sinaliza essa mesma vertente, pois “os debates sobre o açúcar, presentes nos documentos estão frequentemente ligados a três elementos: mão-de-obra, aguardente e tributos. É bem claro na documentação que a mão-de-obra sempre foi um problema nas capitanias do Pará e Maranhão. O problema constituía-se na falta de índios e escravos africanos, que gerava constantes reclamações e solicitações a Coroa” (Almeida, 2008, p. 32).

Desta forma, no panorama estipulado para esta pesquisa ficou evidente que desde a gênese desse processo de criação do Engenho Central São Pedro, bem como, em toda a província maranhense esse sistema estava prontamente ligado a/aos: “a escravização dos índios e o uso de sua mão-de-obra[...] até que a atividade se encontrasse totalmente capitalizada. Outros trabalhadores viriam substituí-los nas lides do engenho[...] os escravos africanos, mercadoria de um rentável ramo do comércio atlântico” (Schwartz, 1988, p. 40). Logo, é baseado no processo de escravização que este modelo se aplica em suas particularidades.

Para compreender a extensão do uso da mão de obra escrava, é essencial contextualizar o cenário histórico em que se inseria. Na época, em 1880, a demanda por braços laboriosos era significativa, e os engenhos de açúcar representavam um dos principais pilares econômicos. Contudo, com a promulgação de leis que gradualmente proibiram o trabalho escravo, esse sistema encontrou seu fim abrupto, impactando profundamente os empreendimentos da época. Considere essa questão retratada na narrativa:

A região do Pindaré, assinala a presença de um grande contingente negro escravizado no limiar da Lei Auréa mesmo que o contexto da época exigisse dispensa da mão-de-obra escrava e sua substituição pelas fabricas modernas. Os senhores daquela região continuaram a usufruir do trabalho servil em todos os moldes do regime escravocrata após 1888, sem qualquer escrupúlo, pois tudo ali ainda era legal. *E após a proclamação da república, muito embora alguns senhores detedores do poder econômico fossem republicanos. Questina-se sobre os ideais republicanos para esses senhores e suas práticas* (Costa, 2015, p. 98, grifos nossos).

Segundo Costa (2015), a presença e a utilização maciça de escravos não apenas sustentavam a produção nos engenhos, mas também moldavam as dinâmicas sociais e econômicas da região. Com a aplicação das leis de abolição da escravidão, esses empreendimentos se viram obrigados a reformular suas práticas de trabalho, embora nem todos atenderam essas exigências e mudaram suas

práticas, no trato social e as relações com os ex-escravizados, buscando novas formas de operação e enfrentando desafios significativos para manter produtividade anterior. A pesquisa de Costa (2015) evidencia ainda como essas transformações foram cruciais para entender não apenas a história econômica do período, mas também as mudanças sociais e legais que moldaram o Maranhão do século XIX.

Nesse interim, Maria Emília Pereira Barreto, esclarece mais ainda o grau de dificuldade no processo produtivo após a abolição da escravatura:

No Maranhão, os proprietários rurais, despreparados em relação aos novos métodos de trabalho Agrícola, apoiados unicamente no braço escravo e em técnicas primitivas, não tiveram condições para reagir e se adaptar à nova situação de mão-de-obra livre” (Barreto, 1977, p. 31)

Conforme Barreto (1977), suas impressões, enfatiza a vulnerabilidade dos proprietários rurais no Maranhão diante das mudanças impostas pela abolição da escravidão. Dependentes de métodos tradicionais e do trabalho escravo, esses proprietários enfrentaram dificuldades significativas para se ajustar à nova realidade de mão-de-obra livre. Diante disso, é mais fácil mudar um sistema político do que as mentalidades se adequarem as mudanças pelo tempo histórico.

Sobre esse direcionamento “em junho de 1880 para instaurá-lo foi fundada a Companhia Progresso Agrícola. As primeiras máquinas chegaram da Inglaterra em junho de 1882, de lá também vieram os técnicos tanto para a construção da via férrea como para a construção da fábrica” (Diário do Maranhão, 07/02/1887). Partindo dessa assertiva, segue o apontamento que se pretende exaurir:

Efetivamente, o Engenho Central São Pedro foi inaugurado no dia 16 de agosto de 1884. Várias foram às razões que levaram a primeira safra – concluída a 30 de dezembro de 1884 – a fechar com um déficit, dentre elas, o trabalho no Engenho ser executado no Engenho somente durante o dia, a falta de pessoal habilitado, a lavoura não ter fornecido a quantidade de cana-de-açúcar conforme o que havia sido acertado. (COSTA, 2015, p. 109).

O diário do Maranhão (1887) esclarece “já a segunda safra concluída a 30 de novembro de 1885 procurou corrigir essas dificuldades do primeiro momento, e conseguiu fechar em um superávit significativo”. O que a fala desses autores descreve são os desafios enfrentados pelo Engenho Central São Pedro em seu início operacional. A primeira safra, iniciada em agosto de 1884 e concluída em

dezembro do mesmo ano, resultou em um déficit por diversos motivos. Um deles foi a restrição do trabalho no engenho apenas durante o dia, limitando a produção diária de açúcar.

Além disso, a escassez de pessoal qualificado dificultou a operação eficiente das máquinas e processos agrícolas necessários. Adicionalmente, a lavoura não conseguiu fornecer a quantidade esperada de cana-de-açúcar conforme acordado, o que comprometeu a capacidade produtiva do engenho. Esses fatores combinados demonstram os desafios práticos e organizacionais enfrentados pelo Engenho Central São Pedro em seus estágios iniciais, refletindo as complexidades envolvidas na implantação e operação de empreendimentos agrícolas na época.

Conseqüentemente, foi criada uma legislação específica que permitisse a segurança na execução das atividades desenvolvidas nessas “fábricas de açúcar”, como eram também chamados os engenhos. Toda essa normativa visava o incentivo dos administradores da província e principalmente a isenção ou redução de impostos, já que estamos falando de um modelo equivalente e diretamente ligado ao acúmulo do capital. Um exemplo claro dessa regulamentação é o Decreto de 1875 que apregoava o seguinte:

Decreto nº 2.687, de 06 de novembro de 1875, que estimulou a instalação desses engenhos. Essa legislação garantia uma taxa de juros de 7% ao ano, durante vinte anos, sobre o capital investido e “o direito de expropriar terras e edifícios necessários à fábrica e a isenção dos impostos de importação das máquinas estrangeiras” (NUNES, 2021, p. 09).

Por outro lado, além dessas legislações de cunho protetivo, outro empecilho era convencer os “grandes proprietários” e “empresários da província” sobre a incipiente relevância dos engenhos centrais. No entanto, havia diversas propostas com o objetivo de promover a instalação dos engenhos, contudo, a busca em alcançar a lavra da cana em engenhos encontravam profundos contrapontos, de acordo Nunes (2021), eram muitas as dificuldades encontradas, especialmente as relacionadas aos senhores de engenho, os quais não mostravam muito interesse em transformar suas fábricas em unidades de fogo morto, ou seja, que poderiam entrar em decadência ou tornar-se desativadas com a chegada das usinas, e passarem a ser simples fornecedores de cana.

## **2.2 – Mão de obra utilizada no Engenho Central São Pedro**

Durante o período imperial, a produção açucareira no Maranhão envolvia principalmente dois grupos laboriosos: os escravizados e os trabalhadores livres assalariados. A maioria esmagadora da força de trabalho era composta por escravos africanos, submetidos a condições brutais de trabalho e vivência. Essa exploração intensiva não só perpetuava a desigualdade social e econômica, mas também deixava um legado de injustiça e sofrimento humano.

No contexto da produção açucareira durante o período imperial no Brasil, para Schwartz (1988), a base fundamental da mão de obra era constituída pelos indígenas e pelos africanos escravizados. Logo, Costa (2008) aponta que os povos indígenas foram frequentemente submetidos ao trabalho compulsório nas lavouras de cana-de-açúcar, muitas vezes em condições extremamente adversas que resultavam em impactos devastadores para suas comunidades e culturas. Paralelamente, a escravização em massa de africanos foi uma prática sistêmica e brutal, essencial para o funcionamento econômico das plantações de açúcar. Esse sistema de exploração não apenas perpetuava a desigualdade social e econômica, mas também deixava um legado de profunda injustiça e sofrimento humano que moldou profundamente a história e a estrutura social do Brasil.

Desse modo, no recorte estipulado para esta pesquisa ficou evidente que desde a gênese deste processo de criação do Engenho Central São Pedro, este sistema esteve prontamente ligado a/aos: “a escravização dos índios e o uso de sua mão-de-obra [...] até que a atividade se encontrasse totalmente capitalizada. Outros trabalhadores viriam substituí-los nas lides do engenho [...] os escravos africanos, mercadoria de um rentável ramo do comércio atlântico” (Schwartz, 1988, p. 40). Subtrai-se que é baseado no processo de escravização que este modelo de produtividade se aplicou em suas particularidades.

E fazendo uma contextualização desse aspecto da mão de obra empregada na atividade açucareira no estado do Maranhão, recuando ao século XVIII para entender melhor o processo, a esse episódio inicialmente, Cunha (2009) relata:

A mão de obra que alicerçou a colonização do Estado do Maranhão desde sua conquista até meados do século XVIII foi a indígena. Não obstante, desde o século XVII, tenham sido introduzidos escravos africanos nas Capitanias do Pará e Maranhão, o trabalho indígena foi principal motor da atividade açucareira e extrativista, como revelam os documentos coloniais. A forma mais utilizada para obtenção de mão-de obra indígena no Brasil foram os descimentos que constituíam expedições que, acompanhadas de

um missionário, levavam índios de diferentes nações às aldeias, com o intuito de serem catequizados (Cunha, 2009, p. 79).

Almeida (2008) propõe que, desde a conquista até meados do século XVIII, a mão de obra predominante na colonização do Estado do Maranhão foi indígena. Apesar da introdução de escravos africanos a partir do século XVII nas Capitânicas do Pará e Maranhão, os documentos coloniais revelam que o trabalho indígena foi o principal motor da atividade açucareira e extrativista na região. A prática dos "descimentos", mencionada por Cunha (2009), era uma estratégia usada para obter mão de obra indígena. Consistia em expedições lideradas por missionários que iam até aldeias indígenas para "descer" (trazer) índios de diferentes etnias para serem catequizados e integrados ao trabalho nas plantações e atividades coloniais de modo sedentário. Esses descimentos frequentemente resultavam em conflitos, resistência indígena e impactos culturais profundos nas comunidades nativas.

Nessa ocasião ocorreu a introdução de povos africanos nesse sistema de produção caracterizado pelo Engenho Central, a esse respeito Ana Paula Macedo Cunha fomenta:

A introdução do escravo africano no Brasil não significou a substituição da mão-de-obra indígena na atividade açucareira, na qual Stuart Schwartz mostra ter havido uma associação de trabalho [...] no Estado do Maranhão, os escravos africanos foram introduzidos pelos ingleses e os holandeses na atividade açucareira, antes da conquista portuguesa. A partir da ocupação e exploração econômica da região pelos portugueses, a mão-de-obra indígena significou o pilar da colonização. [...] contudo, na segunda metade do século XVII a Coroa portuguesa fez várias tentativas de introdução de escravos africanos no Estado através das provissões de 1662, que isentavam de direitos de entrada os negros introduzidos de Angola ali. Posteriormente em 1680, seriam introduzidos negros da Guiné, por conta da Fazenda Real (Cunha, 2009, p. 81-82).

De acordo com Cunha, o que sucede essa transição é que, no contexto da atividade açucareira no Estado do Maranhão, a introdução do escravo africano não substituiu imediatamente a mão-de-obra indígena. Inicialmente, os escravos africanos foram introduzidos pelos ingleses e holandeses antes da conquista portuguesa, contribuindo para a produção açucareira. No entanto, após a ocupação portuguesa e a exploração econômica da região, o trabalho indígena se tornou fundamental para a colonização, sendo obtido principalmente por meio da prática dos "descimentos", expedições missionárias que traziam índios para serem catequizados e empregados nas plantações.

Ainda na segunda metade do século XVII, a Coroa portuguesa tentou várias vezes introduzir escravos africanos no Maranhão, como uma alternativa à mão-de-obra indígena. Essas tentativas refletem a complexidade da formação demográfica e social da região, onde diferentes grupos étnicos e sistemas de trabalho interagem e se transformavam ao longo do tempo, moldando as dinâmicas econômicas e sociais do Estado do Maranhão durante o período colonial.

Em relação à dimensão da importância da mão de obra para essa atividade da extração do açúcar, conforme Eisenberg (1977), ao final do século XIX das duas crises que afetaram a produção açucareira a primeira estava relacionada à concorrência internacional e à queda na taxa cambial, mas em instância e grau maior estava a associada aos efeitos da abolição da escravatura enfrentadas pelos senhores de engenho na província. (Eisenberg, 1977, p. 235). “Alguns, substituindo paulatinamente os escravos por trabalhadores livres. Outros, mantendo os cativos até os últimos dias da escravidão e depois encarando a escassez de mão de obra e a queda na produção”.

Carvalho (2015), discorre em seu trabalho que a principal atividade da grande lavoura era produzir para abastecer o mercado externo, a produtividade açucareira se destacou, e por ser realizada pelos braços escravos está se deu pela especialização em um só produto, a dita monocultura. É nesse sentido que a produção adquiriu dois seguimentos: (Carvalho, 2015, p. 123) “a mercantil, para exportação e a outra, destinada ao consumo, que alguns autores chamam de economia natural e que era realizada pelos próprios escravos.”

Diante dos apontamentos feitos; surge uma categoria nesse processo de dessecamento a se fazer, e diz respeito às relações dessa organização e seus seguimentos agrícola, sendo visível que ela se desmembrava em dois caminhos, logicamente a principal motivação da lavoura era produzir para abastecer o mercado externo e em segunda instância, (Carvalho, 2015, p.123) “havendo também a necessidade de se produzir alimentos para o sustento do senhor e de sua família, bem como para a escravaria e os elementos livres que viviam na área do engenho”.

Em conformidade com Carvalho (2015), podemos salientar que a economia ocorria em uma bifurcação, a capitalista, voltada para os moldes que o sistema apresentava que era produzir ao máximo para a retenção dos lucros para a província, e a outra é bem mais de ordem natural visando o “bem-estar” dos

escravizados (como os de origem africana e pelos indígenas Guajajaras) e da própria manutenção do opressor, que ficou designada como fonte destinada para o consumo.

### **2.3 – Os impactos ambientais extraído desta atividade açucareira**

Ambientalmente, a produção açucareira causava uma série de impactos adversos. O desmatamento para abrir espaço às plantações de cana-de-açúcar levava à perda de habitats naturais e à redução da biodiversidade. Além disso, a utilização do fogo provocava a emissão de poluentes, destruição da fauna e flora, erosão do solo e alterações climáticas, danos estes que afetava o ao meio ambiente e a própria segurança humana.

Nesta pesquisa, além de abordar os aspectos políticos e econômicos da produção açucareira no período imperial, houve um enfoque enriquecido na dimensão social que se entrelaça com as questões ambientais. Exploramos como as práticas agrícolas e industriais impactaram não apenas a economia e o poder político, mas também as comunidades locais e o meio ambiente, examinando tanto os efeitos adversos quanto as iniciativas de sustentabilidade emergentes na época. Essa abordagem holística busca ampliar a compreensão dos múltiplos desafios enfrentados durante esse período crucial da história maranhense e menor grau o município de Pindaré-Mirim/MA.

A esse fenômeno “impactos socioambientais”, Rodrigues e Ross (2020), destaca:

A implantação dos engenhos centrais com sua moderna tecnologia aumentou sobremaneira a capacidade produtiva da indústria de derivados de cana, provocando impactos ambientais com intensidade até então não verificada. Impulsando a expansão dos canaviais para áreas ainda não ocupadas intensamente pela agricultura, ainda no período imperial, em várias das províncias brasileiras, esses impactos iriam abranger outros espaços, além da zona costeira (Rodrigues e Ross, 2020, p.109).

No Engenho Central São Pedro, retomando o no início deste tópico, segundo Carvalho (2015), dentre as principais causas desses impactos foram “às permanências dos mesmos métodos agrícolas até então existentes na província: as

contínuas derrubadas das matas, e o uso do fogo nos processos de limpeza do terreno {...}”.

Situado pelo trabalho “Os impactos das mudanças climáticas no nordeste brasileiro” cujos autores são: Araújo, Belchior e Viegas (2016), torna-se evidente que estas ocorrências por serem efetuadas a cada safra, com o tempo iria ocasionar alterações climáticas, tendo em vista que a queima de matas libera grandes quantidades de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera, contribuindo para o aumento do efeito estufa e, conseqüentemente, para as mudanças climáticas globais, a erosão do solo, posto que as raízes das árvores são essenciais para a manutenção da estrutura do solo.

Ademais, com a derrubada das matas, o solo fica exposto à erosão, especialmente após queimadas, o que pode levar à perda de nutrientes e à degradação da qualidade do solo, e por fim a perda de biodiversidade, pois as matas são habitats ricos em biodiversidade, abrigando diversas espécies de plantas, animais e micro-organismos. Ao serem desmatadas e queimadas, ocorre a perda irreversível desses ecossistemas e de suas funções ecológicas.

Para Cunha (2009), a província se explica pela fertilidade dos solos e por ser um solo que se localizava às margens dos rios, assim se aplicava:

A atividade açucareira no Estado do Maranhão esteve concentrada ao longo dos rios das Capitanias, em virtude da fertilidade dos solos e várzea. O solo localizado às margens dos rios e nas terras de várzea era constantemente fertilizado pelo regime de marés, que ocorre quando há variação no nível da água dos oceanos, levando ao movimento de enchente e vazante dos rios, este movimento reflete na deposição de sedimentos no solo quando ocorre às inundações, favorecendo sua fertilização (Cunha, 2009, p. 62).

Ainda conforme Cunha (2009), esse processo natural favorece o desenvolvimento agrícola sem a necessidade de fertilizantes artificiais, o que era atrativo para os agricultores e proprietários de engenhos. No entanto, essa fertilidade aparentemente inesgotável levou à exploração intensiva e sem sustentabilidade das terras. Sem um planejamento adequado para manejar os recursos naturais, como o solo e a água, as práticas agrícolas acabaram por esgotar a fertilidade do solo ao longo do tempo, resultando em degradação ambiental e diminuição da produtividade agrícola. A falta de respaldo e manejo sustentável dessas terras não só levou ao declínio econômico da atividade açucareira na região, mas também a impactos ambientais severos.

Situação convergente ao que ocorria na região onde se situava o Engenho São Pedro, abundantemente abastecida por terras férteis e favorecida pelo rio Pindaré que atravessa o município de Pindaré Mirim, destaca-se não apenas pela riqueza natural, mas também pelo histórico de exploração intensiva. Essa exploração desenfreada do solo reflete a ganância humana em maximizar a produção de cana-de-açúcar, sem considerar as consequências para o meio ambiente.

A exaustão dos recursos naturais, essenciais para sustentar a produtividade agrícola, demonstra um desequilíbrio preocupante entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, sublinhando a necessidade urgente de práticas sustentáveis e de uma abordagem mais consciente em relação aos recursos naturais que sustentam a agricultura na região.

### **CAPÍTULO 03: DECADÊNCIA E DECLÍNIO, FATORES QUE LEVARAM À DECADÊNCIA DO ENGENHO SÃO PEDRO**

Nos capítulos anteriores, analisamos os fatores que caracterizam a fundação do engenho e seu espólio produzido ao longo de sua vigência, incluindo o período de auge e os principais problemas enfrentados no desenvolvimento de suas atividades. Este último capítulo explora os fatores que contribuíram para a

decadência do engenho, com ênfase nas principais causas que levaram a essa situação. Entre os aspectos analisados estão as mudanças nas políticas agrícolas (pautado pela lógica da expansão da lavoura), “falta de braços laboriosos”, e o aspecto que é justificado pelo fenômeno anterior à proibição do trabalho escravo.

“Foi possível observar que o número de bibliografias sobre o Maranhão

elabor

no que

identif

eleme

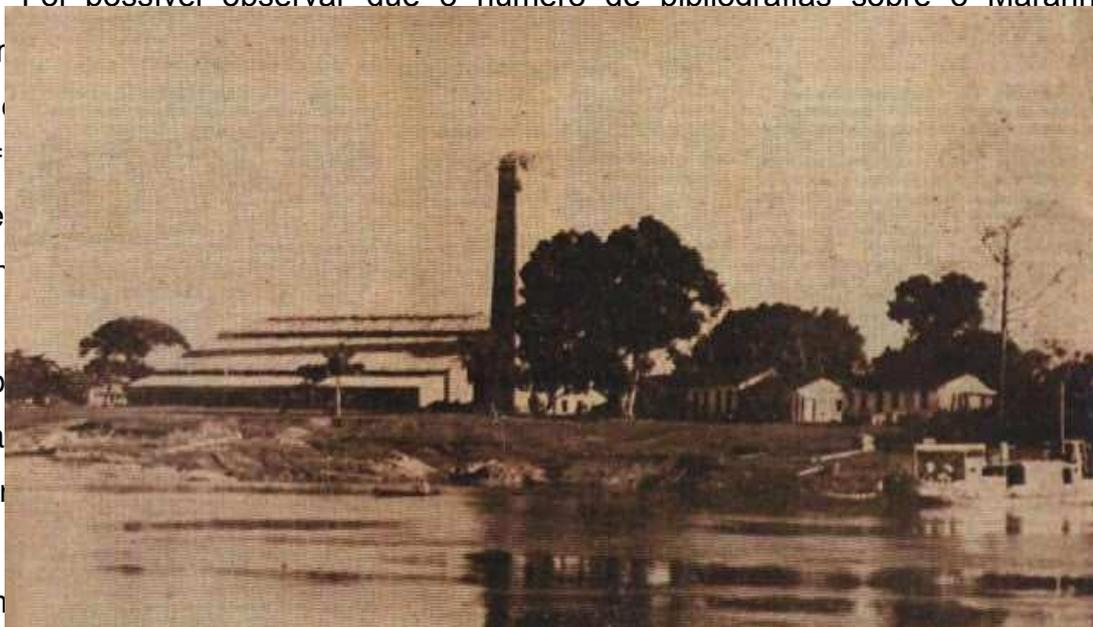
Enger

e a co

na ca

Pindar

Maran



Wagner Berno Almeida, cuja obra “A Ideologia da Decadência: Leitura Antropológica a uma História da Agricultura do Maranhão” se destaca pela profundidade e precisão. Almeida oferece uma análise detalhada do transcurso do século XIX, apresentando narrativas e argumentos que elucidam o conceito de “ideologia da decadência” e sua aplicação no contexto agrícola da região. Sua abordagem revela como fatores históricos, econômicos e sociais contribuíram para a crise do setor açucareiro, oferecendo um panorama essencial para entender as complexas dinâmicas que moldaram a agricultura maranhense. Esta obra é particularmente relevante para meu estudo, pois não só esclarece as razões subjacentes à deterioração da produtividade açucareira, mas também ilumina as interações entre práticas culturais e condições econômicas que influenciaram o desenvolvimento agrícola no Maranhão.

Imagem 5. O Rio Pindaré e as margens do Engenho Central.

Fonte: Wiliam Junior <http://portalpindare.com.br/index.php/inaugurado-em-1884-engenho-central-de-pindare-mirim-completa-hoje-135-anos/>. Acesso em 24 de agosto ,2024.

Almeida (2008) aponta que uma das fragilidades do processo de decadência da produtividade açucareira foi a constante substituição dos cargos superiores responsáveis pela administração da província. Essa instabilidade nas lideranças, que já se manifestava desde as décadas de 1840 a 1870, teve um impacto significativo na gestão e desenvolvimento do setor agrícola. Essa troca frequente de gestores ocorreu em um período anterior à adoção da agricultura canavieira como produto de destaque no cenário maranhense. A falta de continuidade e a instabilidade administrativa contribuíram para a dificuldade em implementar políticas eficazes e sustentáveis, prejudicando o progresso e a consolidação da produção açucareira na região.

Verifiquemos o modelo explicativo que Almeida utiliza para compreender este período:

A despeito da substituição rotinizada destes ocupantes dos cargos máximos do poder provincial, que implica em mudanças periódicas dos responsáveis diretos pelas formulações – nos quarenta e nove anos do chamado segundo reinado, entre presidentes e vice-presidentes em exercício o Maranhão teve cerca de noventa governantes, sendo quarenta e três presidentes nomeados e os demais em interinidade –, e da ocorrência de múltiplos acontecimentos que tiveram profunda repercussão e diferente impacto na vida econômica e social da província, tais como: os movimentos sociais (Balaiada), os denominados “surtos” algodoeiros, a reativação da lavoura canavieira na segunda década de 1840-50, o estabelecimento de núcleos de colonização com emigrantes estrangeiros entre 1853 e 1856, a extinção do tráfico de escravos do continente africano e a exportação maciça de escravos do Maranhão para as “províncias do Sul” do país; pode-se inferir que, pelo menos entre as décadas de 40 e 80, a citada decadência é representada nos vários documentos oficiais segundo pressupostos similares. (ALMEIDA, 2008, p. 62)

Entende-se por Almeida (2008), que, apesar da constante troca de líderes políticos no Maranhão com cerca de noventa governantes distintos entre presidentes e vice-presidentes durante os quarenta e nove anos do Segundo Reinado e dos vários eventos significativos que impactaram a vida econômica e social da província, a ideia de decadência da produtividade açucareira se mantém consistente nos documentos oficiais da época. Entre os eventos mencionados, que incluíram movimentos sociais como a Balaiada, surtos de produção algodoeira, a revitalização da lavoura canavieira na década de 1840-50, a colonização com emigrantes estrangeiros entre 1853 e 1856, a abolição do tráfico de escravos africanos e a exportação de escravos para outras regiões do Brasil, a percepção de decadência se reflete de maneira semelhante em diversos registros oficiais. Ou seja, mesmo com a instabilidade política e os diferentes acontecimentos históricos, os documentos da época compartilham uma visão comum sobre a deterioração da produtividade açucareira no Maranhão durante as décadas de 1840 a 1880.

Almeida (2008, p. 65) argumenta que a percepção da decadência da produtividade açucareira no Maranhão, conforme registrada nos documentos oficiais da época, serve a uma função discursiva política eficaz e redundante. Essa função demonstrativa confere às formulações sobre a decadência uma característica de inquestionabilidade, tornando-as praticamente indiscutíveis. Os documentos oficiais, como relatórios apresentados à Assembleia Legislativa em 1844, 1857 e 1876, entre outros até o final da década de 1880, refletem uma visão constante e uniforme sobre a situação econômica e social da província. A falta de variação no tom desses documentos sugere uma visão consensual e recorrente, que é amplamente aceita e utilizada para caracterizar as condições da província em diferentes períodos.

A partir do estudo de Almeida (2008), e considerando uma análise geral do conceito de decadência durante o século XIX, pode-se afirmar que a província estava marcada por um processo de involução econômica, especialmente no setor agrícola. É importante destacar que esta análise se refere às décadas anteriores (1850 a 1870), quando o algodão era o produto explorado pela província (espécie de produto principal), o que não significa que o açúcar fosse explorado em menor escala, todavia o aumento da produção açucareira, que é conhecida como a terceira fase da produção, seria nas décadas posteriores, caracterizada pela expansão dos

engenhos. Assim, o que se alinha com essa narrativa de decadência é a persistente sensação de ruína que permeava a economia da província nesse período.

Nota-se está vertente nesta passagem:

A origem da decadência seria, por conseguinte, pensada a partir de uma outra situação, aquela denominada de prosperidade da agricultura e, por extensão, da província. Sua delimitação cronológica se inscreve dentro de um exercício de tentar fazê-la entendida pelo concurso de uma sua possível negação. Assim sendo, a escolha de um período considerado de prosperidade, oposto extremo da citada decadência, orienta e conduz ao intervalo de tempo ponto de partida da explicação: a chamada “idade de ouro da lavoura da província.” Sem entrar no mérito de que a decadência encontra-se sempre atrelada ao tempo presente de quem a ela se refere e de que a utilização do recurso explicativo estimula uma idealização do passado, vale transcrever um excerto do Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em sessão ordinária de 1856, pelo Presidente da Província do Maranhão, Comendador Antonio Cândido da Cruz Machado. (ALMEIDA, p. 67).

De acordo com Almeida (2008, p. 69), a análise da decadência econômica no Maranhão implica que tal decadência só pode ser compreendida à luz de um período anterior de prosperidade. Nesse esquema explicativo, a decadência é vista como uma consequência direta do fim de um estado considerado positivo e afortunado. Almeida argumenta que a referência ao período de prosperidade é duplamente significativa: por um lado, é usada para explicar a decadência ao mostrar como o fim da prosperidade levou à crise; por outro lado, também revela que a própria fase de prosperidade continha os germes da decadência.

O autor sugere que a aparente prosperidade foi construída sobre bases instáveis, que, na realidade, ocultavam as condições que eventualmente originariam a decadência. Assim, a prosperidade passada é relativizada e apresentada como um fator que, paradoxalmente, contribuiu para a crise econômica do presente. Indica-se com base em Almeida (2008), como mais outro fator desta derrocada a restrição do emprego da mão-de-obra escrava, este elemento é enumerado da seguinte maneira:

Ao reconstituir desta forma o elo de continuidade com o passado, manifesto por uma severa restrição ao emprego da mão-de-obra escrava, o intérprete oficial encontra-se referido a uma polêmica que marca o campo ideológico até quase o final do século XIX: a oposição ao trabalho escravo pelo trabalho livre. Procede a uma leitura do passado com noções tomadas às teorias do liberalismo econômico, que consideram o trabalho escravo como um obstáculo às inovações e ao avanço das técnicas produtivas. (ALMEIDA, p. 70).

Almeida (2008) explica que, ao reconstituir o vínculo com o passado, o intérprete oficial manifesta uma severa restrição ao uso da mão-de-obra escrava, inserindo-se em uma polêmica ideológica que perdura até o final do século XIX. Essa oposição ao trabalho escravo em favor do trabalho livre reflete uma interpretação do passado influenciada pelas teorias do liberalismo econômico, que veem o trabalho escravo como um obstáculo para inovações e progresso nas técnicas produtivas. Assim, a análise histórica é moldada por concepções liberais que consideram a escravidão como um fator que limita o avanço econômico e tecnológico.

Imagem 6. A torre do Engenho Central.



Fonte: Wilton Silva Mota, registro em Junho, 2024.

Almeida (2008, p. 71) argumenta que, ao interpretar o passado com base nas ideias predominantes em seu presente, os intérpretes oficiais não apenas abordam o problema da mão-de-obra através da dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre, mas também destacam a escassez de mão-de-obra como um fator crucial. Eles identificam a "falta de braços" como um elemento central na caracterização da decadência da lavoura, apontando a alta dos preços e as restrições impostas pela legislação internacional contra o tráfico negreiro como causas dessa escassez. Essa percepção de decadência é acentuada pela ênfase na carência de mão-de-obra, que muitas vezes obscurece as limitações associadas ao tipo de mão-de-obra disponível.

Isto posto, revela que ao longo do século XIX, a análise da decadência da produtividade açucareira no Maranhão, conforme estudado por Almeida (2008),

revela uma complexa intersecção entre passado e presente, marcada por uma série de fatores econômicos e ideológicos. Os intérpretes oficiais da época, ao refletirem sobre a decadência, frequentemente referem-se a um período anterior de prosperidade como o contexto necessário para entender a crise. Este entendimento é moldado por um discurso que apresenta o escravo como um impedimento para

Além disso, a falta de mão-de-obra por altos preços e restrições legais é um fator crucial na caracterização da crise. A escassez de braços e a falta de mão-de-obra frequentemente levam a uma situação de estagnação econômica. Consequentemente, a leitura ideológica revela como as questões contemporâneas.



### **3.1. O Engenho Central São Pedro sob o signo da escassez e da falência**

Na abertura do capítulo, foi apresentada uma visão panorâmica das condições reais da província maranhense ao longo do século XIX, destacando as demandas e obstáculos que contribuíram para a decadência da produtividade açucareira na região. Agora, o foco se voltará para uma análise detalhada dos entraves específicos que levaram à falência do modelo econômico no Engenho Central São Pedro, localizado em Pindaré-Mirim/MA. Este novo tópico examinará minuciosamente os fatores que influenciaram o colapso dessa importante unidade produtiva, investigando as causas e as consequências que marcaram o fim de uma era para a indústria açucareira local.

Imagem 7. Vista aérea da cidade de Pindaré-Mirim/MA

Fonte: William Júnior. Disponível <http://portalpindare.com.br/index.php/93-anos-parabenspindare-mirim/>. Acesso em 26 de agosto.2024.

Neste âmbito de esclarecer as motivações que levaram ao fracasso da economia agroexportadora do Engenho São Pedro, é necessário considerar uma série de fatores, especialmente a questão da “falta”. As reflexões anteriores destacam que a elevação do cultivo da cana-de-açúcar está diretamente associada aos conceitos de progresso e decadência. Nesse contexto, Alfredo Wagner Berno de Almeida é particularmente incisivo ao abordar essas questões, oferecendo uma análise detalhada dos fatores que contribuíram para o sucesso inicial e o subsequente declínio da produção açucareira na região, na verdade o autor é enfático:

[...] ela é caracterizada pelas “faltas”. Pela “falta” de conhecimentos técnicos dos lavradores, que utilizam um sistema de cultivo considerado ineficaz; pela “falta” de vias de comunicação adequadas para o escoamento da produção; pela “falta de capitais”, ou seja, recursos para assegurar a manutenção e desenvolvimento da agricultura; pela “falta de créditos” e pela “falta de braços”, isto é, um potencial de mão-de-obra proporcional aos recursos naturais disponíveis no entender dos administradores. Neste caso, as ausências é que conferem sentido à decadência. Ela é lida pelo que carece de possuir. (ALMEIDA, 2008, p. 80-81).

E será por essas mesmas justificativas de mão-de-obra servil que este modelo econômico entremeou-se em profundas crises que levaram a decadência do sistema no Engenho São Pedro. Em um amplo debate de historiografias recheado de informações sobre a presidência da província maranhense, complemento esse substrato ainda mais com base nas premissas de (Almeida, 2008, p. 82), sobre essas causas do declínio, em um padrão explicativo seria “causas do entorpecimento da lavoura” enumera, pela ordem, as seguintes: falta de conhecimentos profissionais, escassez de capitais, carência de braços, falta de estradas” e de comunicação.

Nesse contexto, (Almeida, 2008) elucida que é possível aferir que os problemas enfrentados pelo Engenho São Pedro estavam profundamente

relacionados a questões técnicas e estruturais que afetavam diretamente o cultivo da cana-de-açúcar. Não bastava apenas identificar terras férteis; era essencial contar com capital financeiro adequado para gerir e expandir os negócios. A situação estava ainda mais complicada devido ao atrito com a mão-de-obra escravizada, que frequentemente resistia e se rebelava contra o domínio dos senhores. Este sistema de trabalho foi amplamente marcado por arbitrariedade e opressão, dificultando a gestão eficiente da produção.

Além disto, constata-se que o Engenho Central São Pedro enfrentava a falta de infraestrutura adequada para escoar e exportar o açúcar produzido, o que era crucial para o sucesso econômico do empreendimento. A ausência de rotas e canais de exportação eficazes impediu a realização do potencial comercial do açúcar, comprometendo o objetivo final da produção. Portanto, os desafios estavam ligados não apenas à qualidade das terras, mas também à necessidade de recursos financeiros, ao controle sobre a mão-de-obra e à infraestrutura para transporte e comercialização.

Sobre a questão do controle da mão-de-obra no Engenho Central São Pedro, surge a necessidade de esclarecer se os trabalhadores do engenho eram totalmente assalariados em função das políticas de proibição do trabalho escravo, ou se ainda se utilizava trabalho escravo nessa época. Costa (2008) compreende este contraponto da seguinte maneira:

Há quem afirme que no Engenho Central São Pedro trabalharam escravos. Nossa pesquisa não conseguiu clarificar, de fato, se, ali naquele estabelecimento trabalhou apenas mão-de-obra assalariada ou se ainda foi possível contar com a mão-de-obra escrava. Mesmo considerando que o cenário nacional e regional exigia mão-de-obra qualificada e novas tecnologias, tendemos a concordar que nesse Engenho Central a mão-de-obra escrava foi braço fundamental, pois a tradição opulenta da pequena elite abastada maranhense, os comportamentos dessa “nova classe” indicam uma passagem muito lenta e quase sem expressão, no primeiro momento, do sistema escravagista para a mão-de-obra assalariada na região. Vale lembrar que o empreendimento do Engenho Central se concretizava no ano de 1884, época em que a escravidão ainda não havia sido proibida oficialmente (COSTA, 2008, p.103).

Nesta dimensão Costa (2008) justifica que, apesar de o Engenho Central São Pedro ter sido fundado em 1884, uma época em que a escravidão ainda não havia sido oficialmente abolida no Brasil, há indícios de que a mão-de-obra escrava pode ter desempenhado um papel significativo no estabelecimento. Isso ocorre porque, mesmo com a crescente demanda por trabalhadores qualificados e novas

tecnologias, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado foi lenta e pouco evidente na região, especialmente entre a pequena elite abastada do Maranhão.

Além de tudo, a autora revela que, dadas as práticas e tradições dessa elite, é provável que o Engenho Central ainda utilizasse mão-de-obra escrava em vez de empregar apenas trabalhadores assalariados (evitando gastos extras). A mudança para o trabalho assalariado não ocorreu de forma imediata ou radical na região, refletindo uma resistência gradual à mudança no sistema de trabalho. Posicionamento que se fundamenta na fala de Costa (2008, p. 98) a autora frisa que “após 1888, os senhores daquela região continuaram a explorar o trabalho servil de acordo com as práticas do regime escravocrata, sem qualquer preocupação com a legalidade, já que, na prática, o sistema escravista ainda se mantinha vigente na região.” No capítulo anterior está vertente foi difundida ainda mais, pois o foco aqui é os fragmentos que levaram a decadência do Engenho São Pedro.

A ilegalidade associada ao uso do trabalho escravo no Engenho Central São Pedro, é possível de ser reconhecida. De fato, como destacado pelo autor contemporâneo do período, investigado por Edmundo Coqueiro em “A vida e a obra de João Antônio Coqueiro<sup>7</sup>”. É notória que, com a proibição do trabalho escravo deixou os administradores e gestores em uma situação de incerteza. Sem um modelo estabelecido para lidar com a nova realidade, esses responsáveis enfrentaram dificuldades significativas para encontrar soluções eficazes para os desafios que surgiram com a proibição. É quando o autor discorre também sobre a Lei Áurea<sup>8</sup>, “A Lei Áurea de 13 de maio de 1888- extinguindo a escravidão no Brasil-

---

<sup>7</sup> JOÃO ANTÔNIO COQUEIRO, nasceu na cidade de São Luíz do Maranhão, á antiga rua das Barrocas, hoje Isaac Emilia n°. 6, em Jacarepaguá, na Capital Federal, a 26 de fevereiro de 1910. Já nasceu, João Antônio Coqueiro, predestinado – pode-se assim dizer ao estudo do CÁLCULO. E essa sua inclinação manifestou-se quando mal deixava sua primeira infância. E pelos mais justos motivos encheu de tais esperanças aos seus estremecidos e dedicados genitores, que, para logo, pensaram em mandar o promissor menino estudar em Paris. [...] Em chegando a capital da França, dedicou-se, João Antônio Coqueiro, incontinentemente, aos estudos mais elevados de matemática e ciências físicas, para o que se matriculou nas aulas de cursos particulares de professores dessas matérias, considerados de notório saber (COQUEIRO, 1942, p. 19-21).

<sup>8</sup> Desde a tarde de ontem, dia 13 (MAIO, 1888), está extinto em todo o Brasil o trabalho escravo, prática das mais cruéis e condenáveis que foi permitida legalmente no país por mais de 300 anos. Menos de três horas depois da aprovação do projeto pelo Senado do Império, a Princesa Regente Dona Isabel, com uma pena de ouro ofertada pelo povo, sancionava em solenidade no Paço da Cidade a já chamada Lei Áurea. É opinião generalizada que a Pátria se tornou realmente livre com o ato que retirou o Brasil da condição de única nação do Ocidente que ainda explorava o elemento servil. Estima-se que mais de 600 mil negros foram beneficiados pela lei (JORNAL DO SENADO, 1888, p. 3).

decretada de chofre, veio dismantelar completamente todos os estabelecimentos agrícolas do Brasil” (1942, p. 88).

Outra disparidade apontada pelo Dr. Coqueiro, como era conhecido, foi a instalação inicial do Engenho Central São Pedro. Considerando os efeitos da produtividade adquirida no capítulo anterior, esta decisão contribuiu significativamente para a eventual falência da usina com o passar do tempo.

Designado para, em companhia do Tenente-Coronel José Castelo Branco da Cruz, examinar os terrenos da extinta Colônia São Pedro, achou, o Dr. Coqueiro, que os ditos terrenos não se prestavam, absolutamente, para a instalação do Progresso Agrícola, pelo que discordou da sua aquisição para aquele fim. O presidente da Província aceitando e concordando inteiramente com o laudo apresentado por aqueles Srs. recusou os ditos terrenos, que, foram, afinal, concedidos pela Assembleia Legislativa, nos termos da Lei N.º 1. 228, de 19 de abril de 1888. [...] Curta foi a permanência do Dr. Coqueiro no Engenho Central. Vencido, na sua opinião, retirou-se, porisso, da mesma empreza, logo em começos. Entretanto, com a extraordinária visão que possuía, e, ainda, com os conhecimentos profundos que sobre o assunto tinha, não lhe foi difícil prever o desastre a que estava ela fadada. “Que lhe cabia cabal razão” – afirma Jerônimo de Viveiros J “di-lo o fracasso do Engenho”, Instalado para 1. 800.000 quilogramas, teve a sua maior safra limitada a 840.000, apesar dos 10 quilômetros de linha férrea com que fôra dotado”. (COQUEIRO, 1942, p. 75).

Percebe-se a partir do Contexto de Coqueiro, que, O Dr. Coqueiro, com sua visão e conhecimento, previu que o Engenho Central não teria sucesso. Ele saiu da empreitada por não acreditar no seu sucesso. Em sua vertente ele previa um Fracasso do Engenho, pois, O Engenho Central foi projetado para processar 1.800.000 quilogramas de matéria-prima. No entanto, a maior safra que conseguiu processar foi de apenas 840.000 quilogramas. Isso demonstra que o Engenho não conseguiu atingir sua capacidade projetada.

Para além disso, ele menciona a Infraestrutura, vemos que apesar de ter sido equipado com 10 quilômetros de linha férrea, que deveria ajudar no transporte e operação, o Engenho ainda assim não conseguiu produzir na quantidade esperada. Diante disso, a historiografia sublinha que o Dr. Coqueiro estava correto em sua avaliação negativa sobre o Engenho Central. O fracasso do projeto, que não atingiu nem a metade da capacidade prevista apesar da infraestrutura de apoio, confirma a validade da previsão pessimista do Dr. Coqueiro.

E em última análise, a visão de Coqueiro (1942) sobre a inadequação das terras não implica que os terrenos fossem intrinsecamente improdutivos ou que não fosse possível obter produção deles. O ponto destacado é que, conforme apontado por Carvalho (2015), o método tradicional de preparo do solo, que incluía práticas comuns na província como a derrubada contínua das florestas e o uso do fogo para limpeza do terreno, mostrava-se insustentável. Com o tempo, esse modelo agrícola não conseguiu atender às expectativas de produtividade, o que, de fato, levou à sua progressiva decadência.

O estudo e os documentos que compreende a historiografia, analisados mostram claramente que o Engenho Central São Pedro não foi intimidador pela extinção do trabalho escravo. Embora utilizasse mão de obra assalariada, ainda há indícios de que o trabalho escravo persistiu, especialmente nas atividades contínuas da produção canavieira no final do século XIX. Observa-se que, apesar das mudanças legais, o engenho buscou assegurar sua produtividade por todos os meios disponíveis, mesmo vindo a ruínas posteriormente.

De acordo com Maria Zenaide Costa (2008), entre as dificuldades que impediram a continuidade do Engenho Central, destaca-se o não cumprimento dos acordos estabelecidos com fornecedores influentes de cana, o esgotamento do capital da Companhia Progresso, que levou a uma grave crise financeira e ao leilão da instituição (dos equipamentos que articulavam o processo de transformação da matéria prima). Além disso, o aumento das despesas desde a construção da fábrica e o abandono das ações por parte dos investidores também contribuíram significativamente para o colapso da empresa.

Além disso, a autora destaca que a insuficiência produtiva do Engenho Central São Pedro também deve ser entendida à luz do contexto da época, que não favorecia a continuidade do uso da mão-de-obra escrava na indústria canavieira. Esse fator complicou ainda mais a sustentação e o desenvolvimento da produção açucareira na região. Ademais, (Costa, 2008, p. 95) argumenta que: “O Engenho Central não dispunha de recursos financeiros para manter para manter um trabalho assalariado que o novo cenário exigia a partir da emergência de um contingente negro alforriado”.

A luz desta discussão, (Costa, 2008) fomenta:

Frente a esses sinais, a situação do Engenho e da Companhia só foi se agravando. Dessa forma, em 1890 os fornecedores de cana se retiraram por completo do empreendimento deixando o Engenho sem matéria prima para operar. A partir deste momento, várias foram as tentativas para salvaguardar e garantir o seu funcionamento, porém sem um resultado satisfatório. Nesse sentido, grupos de investidores se reuniram e criaram outras companhias, dentre elas, a Companhia Cultivadora e a Companhia de Explorações Agrícolas, todas, no entanto, experimentaram a ingloria do Engenho Central que não pôde mais se sustentar vindo à falência total. (COSTA, 2008, 95).

Em consonância com o estudo de (Costa, 2008), o delineamento configurado no período era uma completa abstinência a prosperidade, mediante a situação do Engenho Central e da Companhia Progresso que continuou a se deteriorar com o tempo. Em 1890, os fornecedores de cana abandonaram o empreendimento, deixando o Engenho sem o insumo essencial para sua produção. A partir desse ponto crítico, foram feitas várias tentativas para salvar o Engenho e garantir seu funcionamento, mas nenhuma delas obteve sucesso. Diversos grupos de investidores formaram novas empresas, como a Companhia Cultivadora e a Companhia de Explorações Agrícolas, na esperança de reverter a crise. No entanto, essas novas iniciativas não conseguiram superar os problemas enfrentados pelo Engenho Central, que acabou sucumbindo completamente e indo à falência.

Outra autora que examina este contexto é Ana Paula M. Cunha. Em seu estudo, ela analisa a utilização da mão-de-obra indígena e escrava africana durante esse período. Cunha oferece uma caracterização detalhada das condições e dinâmicas relacionadas a essas formas de trabalho, destacando a importância e os desafios associados à sua aplicação na indústria canavieira da época. Desse modo, a autora enumera que “a mão-de-obra que alicerçou a colonização do Estado do Maranhão desde sua conquista até meados do século XVIII foi indígena. [...] o trabalho indígena foi o principal motor da atividade açucareira e extrativista, como revelam os documentos coloniais.” O que perdurou até o século XIX, haja vista que o Engenho São Pedro também utilizou mão de obra indígena em seus afazeres.

Dourado e Boclin (2008) abordam um ponto crucial ao discutirem o destino dos materiais do Engenho Central São Pedro. Enquanto Maria Zenaide Costa faz considerações sobre esse tema, os autores Dourado e Boclin apresentam uma análise mais direta e objetiva sobre as ações tomadas em relação aos materiais. Eles detalham as finalidades e os desdobramentos relacionados a esses recursos,

fornecendo uma visão mais clara e específica da situação. Consideramos o seguinte postulado pelos autores em evidência:

Após várias tentativas para preservar o empreendimento, o Engenho São Pedro, endividado e descapitalizado, teve leiloadas suas máquinas e instalações, e a produção do açúcar voltou a ser operada apenas pelo sistema tradicional, perdendo importância nas décadas seguintes, principalmente se comparada à produção dos outros estados nordestinos e do sudeste do país. (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 33).

A fala dos autores Dourado e Boclin (2008) sugere várias implicações importantes sobre o destino do Engenho São Pedro e o contexto da produção de açúcar na região, primeiramente uma certa incapacidade de sustentação atribuída ao endividamento e a falta de recursos levaram ao leilão das máquinas e instalações do Engenho São Pedro, indicando que, apesar das tentativas de preservação, o empreendimento não conseguiu se manter financeiramente. Outra vertente constatada fora o retorno ao método tradicional, segundo os autores a transição para o uso apenas de métodos tradicionais na produção de açúcar sugere uma estagnação tecnológica e um retrocesso na eficiência produtiva. Isso implica que o Engenho não conseguiu acompanhar os avanços e inovações que poderiam ter sustentado sua competitividade.

Verifica-se, conforme Dourado e Boclin (2008) um declínio relativo, permeado pela perda de importância do Engenho São Pedro nas décadas seguintes, especialmente em comparação com a produção açucareira em outros estados nordestinos e no Sudeste, sugere um declínio relativo significativo. Isso reflete uma perda de relevância econômica e competitiva em um contexto mais amplo, onde outras regiões estavam se modernizando e expandindo suas capacidades produtivas. A vista disso, é perceptível uma desigualdade regional, quando a comparação com os estados nordestinos e o sudeste do país destaca uma desigualdade crescente na produção de açúcar, onde o Engenho São Pedro se tornou-se menos competitivo e relevante devido à sua incapacidade de se adaptar às mudanças no setor.

Em suma, os autores indicam que a falência e o declínio do Engenho São Pedro foram resultado de problemas financeiros e tecnológicos, levando a uma perda de relevância no setor açucareiro em comparação com outras regiões que continuaram a evoluir e prosperar. Problemas financeiros estes que foram

destacados no capítulo anterior quando se arrolou sobre os desafios enfrentados no desenvolvimento das atividades no Engenho Central São Pedro.

A partir de Dourado e Boclin (2008), observou-se que a decadência do Engenho Central São Pedro pode ser atribuída a vários fatores principais. Destacam-se, entre eles, a ausência de políticas administrativas eficazes que corresponderiam às necessidades da usina e da província. Além disso, a gestão financeira foi comprometida pelas dívidas contraídas com bancos para financiar os investimentos necessários. Outro fator crucial foi a carência de mão-de-obra, especialmente escrava, essencial para a realização das atividades diárias. Por fim, a qualidade do solo, embora aparentemente ideal, mostrou-se prejudicada após a utilização intensa e inadequada, resultando em seu desgaste acelerado, conforme apontado por Coqueiro (1942) e Carvalho (2015).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chegando a este ponto, esta pesquisa abordou “O Engenho Central São Pedro em Pindaré-Mirim/MA: do progresso a decadência do cultivo da cana de açúcar (1880-1910)”, com o objetivo de analisar o que levou a decadência da funcionalidade do Engenho Central São Pedro em Pindaré-Mirim/MA (1880-1910).

Com o levantamento bibliográfico, o foco epistemológico utilizado fora o interpretativo conforme às referências já realizadas e relacionadas ao cultivo da cana de açúcar em Engenhos Centrais no século XIX. Investigando o progresso e a decadência das atribuições que compreenderam o Engenho Central São Pedro

(Pindaré-Mirim/MA). Ademais, a busca por esse teor documental e sua análise tivera como prima a identificação dos agentes e as relações implicadas nesta indústria da cana de açúcar e as incursões que convergiram para a criação do Engenho Central São Pedro, como fonte de progresso para a expansão capitalista do Maranhão.

Para chegar a esta finalidade foi necessário descrever quais os fatores que contribuíram com a decadência das atividades desenvolvidas no Engenho Central São Pedro; compreender as relações sociais, políticas, e econômicas implicadas nesse empreendimento que se sustentava sob bases escravistas; e em última vertente, evidenciar como se davam a execução das atividades laborais desse processo.

Através deste roteiro, foi possível demonstrar que, durante essa época, a província enfrentava um período de penúria, no qual a produção de algodão já não alcançava os níveis anteriores de produtividade. Com isso, iniciou-se a busca por uma nova alternativa que garantisse a sustentação econômica da região. Nesse contexto, surgiu a ideia de cultivar a cana-de-açúcar. Embora a cana já fosse cultivada na província desde o século XVIII, a produção era limitada a engenhocas rudimentares, conhecidas como "unidades de fogo morto", que não geravam resultados satisfatórios. Por meio desse estudo, é possível obter uma visão geral dos problemas que impactam a economia e a sociedade da província. Independentemente do problema econômico específico que seja destacado, todos eles convergem para a mesma questão central, o estado de declínio da agricultura na região.

Apresentei, neste trabalho, um padrão de explicação que é amplamente utilizado em documentos oficiais e tem grande importância na burocracia, sendo adotado de forma completa. A chamada "Era dos Engenhos" refere-se a um período em que se tentou estabelecer um sistema agrícola como solução para a crise na província do Maranhão no final do século XIX. A explicação que se oferece refuta a origem e os fatores que levaram ao fracasso desse sistema, que foi inicialmente planejado para ser a salvação da região. Em 1884, a Assembleia Legislativa provincial e a Diretoria do Engenho Central São Pedro, composta pelo presidente Martius Hoyer, pelo secretário José João Alves dos Santos e pelo tesoureiro F. J. Guilhon de Oliveira, decidiram aforar as terras da antiga colônia de São Pedro. A

intenção era transformar a área no empreendimento mais moderno da época, com resultados altamente promissores.

A produção açucareira, no século XIX, foi um período hostil e desumano, esta busca por elevação da economia, presumia e dependia de muitas outras bases, dentre elas a mão-de-obra escrava em sua maioria e a assalariada. Não é por acaso que o primeiro passo desta investigação foi analisar criticamente a documentação oficial. O objetivo não foi apenas verificar a veracidade das informações ou identificar possíveis distorções e mal-entendidos divulgados pela administração provincial, mas sim entender a relação que os autores dessa documentação tinham com o conteúdo que produziram.

A historiografia do século XIX e início do século XX frequentemente ignorou as perspectivas dos grupos subalternos. A escrita da época focava predominantemente nos "grandes feitos" e nos "heróis da história", destacando principalmente os "grandes homens" e suas conquistas, sem dar espaço para as contribuições e experiências dos menos favorecidos. Aqui foi possível revisar conceitos previamente estabelecidos e evidenciar não apenas o progresso ou a decadência dessa atividade, mas também destacar os grupos sociais envolvidos em relações trabalhistas desumanas, como os escravos africanos e os indígenas Guajajaras.

A chamada decadência da lavoura foi identificada ao longo deste estudo analítico, bem como seu impacto abrangente. Essa questão desempenhou um papel constante na documentação oficial durante o século XIX, manifestando-se de diferentes formas ao longo desse período. O esquema utilizado na pesquisa proporcionou também elucidar as questões essenciais que desafiam os administradores e que continuam a exigir aprimoramento, como a "escassez de mão de obra", a colonização (ocorrendo ilegalmente), a emigração, a emancipação dos escravos e a introdução do "trabalho livre", fazem parte deste contexto. Essas questões são abordadas nas descrições que detalham a chamada decadência da lavoura e nas medidas adotadas para enfrentar esses problemas.

Finalmente, as poucas obras sobre o tema utilizadas foram valiosas para contextualizar o período, permitindo uma análise mais aprofundada das fontes primárias. Além disso, essas obras contribuíram para os estudos sobre o período imperial maranhense. Ao utilizá-las estabelecendo criticidade fica clara a pretensa

que, além do que é explicitamente descrito e do que os textos oficiais sugerem de maneira impressionista, a decadência mencionada reflete a relação contínua entre a fragilidade do sistema de controle da força de trabalho e as frequentes tentativas de fortalecê-lo. Desde as campanhas militares sucessivas que devastaram o interior da província, caso de Pindaré-Mirim/MA (Engenho Central São Pedro), até os debates prolongados e monótonos na Assembleia Legislativa Provincial, essa relação se torna evidente.

Portanto, o que se considera com a crescente queda da economia na época e especialmente neste ciclo do açúcar no Engenho Central São Pedro, e na província maranhense é uma eterna maneira de imprimir a força de trabalho controlada, refletindo o esforço dos administradores provinciais para aprimorar suas estratégias políticas. Eles buscam aperfeiçoar seus métodos de controle e administração do trabalho, tratando como naturais todas as táticas usadas para impor trabalho forçado e manter sua dominação. Dessa forma, a prática cotidiana é guiada por essas estratégias políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.** Rio de Janeiro: Editora casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARAÚJO, Alana R.; BELCHIOR, G. D. N.; VIEGAS, Thaís E. S. **Os Impactos das Mudanças Climáticas no Nordeste Brasileiro.** 1º. Ed. Fortaleza, CE: Fundação Sintaf; São Paulo: Instituto O direito por um Planeta Verde, 2016.

ALMEIDA, Clarice Pinheiro; RIOS, Adriano Farias. **Revivendo os Tempo do Açúcar: memórias da produção açucareira em Peri Mirim/MA na década de 1950.** Pinheiro. 2017.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil:** por suas drogas e Minas. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

BARRETO, Maria Amália Pereira. **Os Voduns do Maranhão.** São Luís, 1977.

BARROS, José D. **O Campo Da História:** especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 5ª ed. 2008.

CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista:** ensaios sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

CANABRAVA, Alice. **A Força Motriz:** um problema de técnica. In: Anais do Congresso de História da Bahia: IHG da Bahia, N. 1, Vol. 4.

COQUEIRO, Edmundo. A vida e a obra de João Antônio Coqueiro. Rio de Janeiro: Magalhães Correard & Cia, 1942.

CARVALHO, Carlos J. **Ascensão e Crise da Economia Açucareira no Maranhão:** 1850-1910. São Luís: Editora Uema. p.12-319. 2015.

CORRÊA, Lindalva Dos Santos. **Engenho De Anzol Pequeno:** lugar de memória e educação patrimonial. São Luís: Editora Uema. p. 2-34. 2021.

COSTA, Maria Z. **A festa em Pindaré – Mirim:** nos trilhos da história a afirmação de uma identidade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo. 2008.

CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenhos e Engenhocas:** a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão- Pará (1706- 1750). Belém, 2009.

EISENBERG, P. L. **Modernização Sem Mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840- 1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

DOURADO, José R; BOCLIN, Roberto G. **A Indústria do Maranhão:** um novo ciclo. Brasília. 2008.

LIMA, Carlos. História do Maranhão. São Luís: Plano Editorial SEMA, 1981.

NUNES, Francivaldo A. **NA GIGANTESCA FLORESTA DE METAIS:** o engenho central São Pedro do Pindaré e os debates sobre a lavoura maranhense no século XIX. Recife: CLIO, Revista de Pesquisa Histórica. p. 7-28. 2021.

RODRIGUES, G. S. S. C.; ROSS, J. L. S. **A Trajetória da Cana- de - Açúcar no Brasil:** perspectiva geográfica histórica e ambiental. Uberlândia: EDUFU, 2020, 269 p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras. 1988.

VIANA, Willian Carboni; SANTOS, José Lopes. A Moenda e o Rio: um estudo da paisagem cultural do Engenho São João em Arari. Maranhão (Brasil)// 2021. Disponível em: [http://www.cta.ipt.pt/?pagina=unidade\\_editorial&seccao=o\\_ideario\\_patrimonial&lang=PT](http://www.cta.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial&seccao=o_ideario_patrimonial&lang=PT). acesso em. 16/07/2024.

VIEIRA, Alberto. **As Ilhas e a Expansão da Cultura e Tecnologia da Cana- de - Açúcar no Atlântico nos Séculos XV à XIV.** Funchal (Madeira), Portugal. Revista Lisboa & Engenho. 2007.

VIVEIROS, Jerônimo. **O Engenho Central São Pedro.** Separata da Revista de Geografia e História. São Luís. 1954.

#### **REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS**

FAMEM - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão. Disponível em: <http://www.famem.org.br/>.